

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARISLEY CALIXTO

**FINANÇAS PESSOAIS:
ESTUDO DE CASO DE UM PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A
APOSENTADORIA**

Florianópolis

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARISLEY CALIXTO

**FINANÇAS PESSOAIS:
ESTUDO DE CASO DE UM PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A
APOSENTADORIA**

Monografia de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Dr.

Florianópolis

2007

MARISLEY CALIXTO

**FINANÇAS PESSOAIS:
ESTUDO DE CASO DE UM PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A
APOSENTADORIA**

Esta monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso, foi julgada adequada e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota ____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Professora Elisete Dahmer Pfitscher, Dr^a.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Professor Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Dr. – Orientador.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.

Professor Pedro Moreira Filho, Msc.
Departamento de Administração, UFSC.

Professor Ricardo Rodrigo Stark Bernard, Ph.D.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.

Dedico este trabalho...

Aos meus pais, pela vida.

*A minha mãe **Doris Stela**, pela educação e amor.*

*A minha irmã **Gisele**, pela força nos momentos mais difíceis.*

*As minhas irmãs, **Adriana** e **Michele**, pelas palavras de incentivo e carinho.*

*Aos meus sobrinhos **André Luan** e **Gabriel**, por encherem minha vida de alegria.*

*Especialmente a minha inesquecível irmã **Andréa** (in memoriam).*

*“Poupar é a primeira batalha.
Investir corretamente, fazendo seu dinheiro crescer, é a segunda.
Usufruir dos resultados obtidos é vencer a guerra!”*

Mauro Haufeld

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio e incentivo, principalmente por compreender minha ausência em alguns momentos por estar me dedicando aos estudos.

Ao meu orientador, Professor Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, pela paciência, opiniões, idéias e dedicação. Aos Professores Ricardo Rodrigo Stark Bernard e Pedro Moreira Filho membros da banca.

Agradeço também aos demais professores do Curso de Ciências Contábeis, pelo conhecimento transmitido.

A minha querida amiga Danielly Cunha, pelo apoio na revisão ortográfica e metodológica.

A meus colegas de curso pelo aprendizado e crescimento, principalmente a Sabrina Nascimento, pela amizade verdadeira e companheirismo.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

CALIXTO, Marisley. **Finanças Pessoais: Estudo de Caso de um Planejamento Financeiro para a Aposentadoria**, Florianópolis (SC), 2007. 73 páginas. Monografia do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um planejamento financeiro para a aposentadoria, visando suprir as lacunas deixadas pelo sistema público brasileiro de previdência. O estudo na sua fundamentação teórica aborda conceitos de planejamento financeiro, matemática financeira, balanço patrimonial, fluxo de caixa e controle de gastos. Apresenta ainda as principais opções de investimentos existentes no mercado financeiro brasileiro, além de opções de previdência complementar existentes atualmente. No estudo de caso, é apresentado o planejamento financeiro completo de um indivíduo. Ao final deste estudo, é possível concluir que o planejamento financeiro é de suma importância para as pessoas que pretendem atingir seus objetivos financeiros e patrimoniais, bem como garantir uma renda que garanta manter seu estilo de vida e ter tranquilidade na aposentadoria.

Palavras-chave: **Finanças Pessoais. Planejamento Financeiro. Aposentadoria Complementar.**

ABSTRACT

CALIXTO, Marisley. **Planning for Retirement, Florianópolis, (SC), 2007.** 73 pages. Monograph in partial fulfilment of the requirements of the Course of Science Accounting, Federal University of Santa Catarina.

This research aims to present a financial plan for retirement, to fill the gaps left by the Brazilian system of public welfare. The study in its theoretical ground covers concepts of financial planning, financial mathematics, balance sheet, cash flow and control of spending. It also presents the main options on existing investments in the Brazilian financial market, in addition to options on welfare complement existing today. In the case study, is presented the financial planning of a complete individual. At the end of this study, we can conclude that the financial planning is of paramount importance for people who want to reach their financial goals and heritage, as well as ensure an income that guarantees maintain their style of living and have tranquility in retirement.

Keywords: Personal Finance. Financial Planning. Supplementary Retirement.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expectativa de Vida (2005)	30
Gráfico 2 - Simulação de Investimento em Títulos do Tesouro Nacional	67
Gráfico 3 - Simulação de Investimento em Fundo de Ações Petrobrás ou Vale do Rio Doce	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo Balanço Patrimonial	33
Quadro 2 - Modelo de Fluxo de Caixa	35
Quadro 3 - Modelo de Mapa de Controle de Gastos	36
Quadro 4 - Relação Risco e Idade	40
Quadro 5 - Resumo dos Planos de Previdência PGBL e VGBL	58
Quadro 6 - Análise dos Demonstrativos	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expectativa de Vida (2005)	29
Tabela 2 - Simulação de Renda	32
Tabela 3 - Comparativo de Simulação de PGBL/VGBL e Outros Investimentos	60
Tabela 4 - Mapa de Controle de Gastos (Outubro de 2007)	62
Tabela 5 - Fluxo de Caixa (período de outubro de 2007 a setembro de 2008	65
Tabela 6 - Balanço Patrimonial em 31/10/2007	66
Tabela 7 - Simulação de Investimento em Títulos do Tesouro Nacional	67
Tabela 8 - Simulação de Investimento em Fundo de Ações IBOVESPA	68
Tabela 9 - Simulação de Investimento em Fundo de Ações Petrobrás ou Vale do Rio	
Doce	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento

BB – Banco do Brasil

BCB - Banco Central do Brasil

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

CDB - Certificado de Depósito Bancário

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

CEF – Caixa Econômica Federal

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira

COBAP – Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos

DI - Depósito Interbancário

FAFI - Fundo de Aposentadoria Programável Individual

FNPS - Fórum Nacional da Previdência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBOVESPA - Índice Bovespa

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

LFT - Letra Financeira do Tesouro

LTN - Letra do Tesouro Nacional

NTN - Nota do Tesouro Nacional

ON - Ações Ordinárias

PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres

PN - Ações Preferenciais

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

TR - Taxa Referencial de Juros

VGBL - Vida Gerador de Benefícios Livres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 METODOLOGIA	18
1.4.1 Caracterização da Pesquisa	18
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	20
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 PORQUE PLANEJAR SUA APOSENTADORIA	22
2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	23
2.2.1 Matemática Financeira	24
2.2.1.1 Inflação	25
2.2.1.2 Juros	25
2.2.2 Definindo os Objetivos	27
2.2.2.1 Quando se aposentar?	28
2.2.2.2 Por quanto tempo?	28
2.2.2.3 Com quanto?	31
2.2.3 Balanço Patrimonial	32
2.2.4 Fluxo de Caixa	34
2.2.5 Controle de Gastos	35
2.2.6 Análise dos Demonstrativos	37
2.3 INVESTIMENTOS	39
2.3.1 Caderneta de Poupança	41
2.3.2 Certificado de Depósito Bancário (CDB)	41
2.3.3 Fundos de Investimentos	42
2.3.3.1 Fundos de Curto Prazo	43
2.3.3.2 Fundos de Renda Fixa	44

2.3.3.3 Fundos Referenciados	45
2.3.3.4 Fundos de Ações	45
2.3.3.5 Fundos Cambiais	46
2.3.3.6 Fundos Imobiliários	46
2.3.3.7 Fundos Multimercado	47
2.3.4 Tesouro Direto	48
2.3.5 Ações	50
2.3.6 Imóveis	53
2.4 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	53
2.4.1 Fundos de Pensão	54
2.4.2 Fundo de Aposentadoria Programável Individual (FAFI)	55
2.4.3 Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL)	56
2.4.4 Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL)	58
2.4.5 Planos de Previdência PGBL/VGBL comparados a Outros Investimentos Financeiros	59
3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA PRÁTICA	61
3.1 PERFIL E OBJETIVOS	61
3.2 DEMONSTRATIVOS	61
3.3 INVESTIMENTOS	66
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	70
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira está envelhecendo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2006) entre 1995 e 2005 cresceu de 5 milhões para 18,2 milhões o número de pessoas com mais de 60 anos.

No ano passado o déficit do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ultrapassou os 40 bilhões, o que ocasionou a criação do Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS).

O FNPS foi criado para promover o debate entre representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal visando o aperfeiçoamento e sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social.

Participam do fórum, representantes das centrais sindicais, federações e confederações patronais e de trabalhadores e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com o objetivo de diagnosticar e propor de forma consensual soluções para os problemas da Previdência Social, o fórum teve sua primeira reunião em março deste ano e deverá apresentar suas propostas para a modernização da Previdência Social ao Congresso Nacional.

Uma das propostas discutidas no fórum é o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para garantia do direito ao benefício, atualmente o tempo de contribuição para as mulheres é de 30 anos e para os homens 35, e idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens.

À medida que a população envelhece, o percentual de pessoas em idade laboral diminui, causando um grande “rombo” na Previdência Social.

Apesar de todas as crises da Previdência Social, ainda hoje, um número restrito de empresas oferece planos de previdência aos seus funcionários, diante disto o trabalhador brasileiro terá que garantir a renda necessária para sua aposentadoria.

Neste contexto, esta monografia apresenta um planejamento financeiro como ferramenta para a gestão da aposentadoria, abordando o controle do patrimônio pessoal, opções de investimentos e de previdência complementar.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Estudos divulgados pelo IBGE (2004), demonstram o aumento ano a ano da expectativa de vida dos brasileiros e com relação à fecundidade o estudo revela que o número médio de filhos por mulher diminui a cada ano.

Principalmente pela diferença entre nascimentos e óbitos, e o conseqüente envelhecimento da população, o déficit da Previdência Social volta a preocupar os brasileiros, pois o Governo ainda não encontrou uma solução para o déficit, e cabe ao trabalhador, garantir um futuro financeiro mais tranqüilo

Em virtude do tema proposto, surge o questionamento: Como utilizar o planejamento e o controle financeiro para garantir uma renda confortável na aposentadoria?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Esta monografia tem como objetivo geral elaborar um planejamento financeiro visando à complementação de renda na aposentadoria.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conceituar planejamento financeiro pessoal;
- Mostrar o uso da contabilidade para gestão e controle das finanças pessoais;
- Apresentar as principais opções de investimentos financeiros;
- Expor as opções de previdência complementar.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com dados da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) (2006) dos 24 milhões de aposentados brasileiros, 60% voltaram a trabalhar porque são responsáveis por manter as despesas da casa.

A redução da taxa de fecundidade e a tendência de aumento da expectativa de vida do brasileiro resultam no acentuado crescimento da população idosa.

Ainda que a perspectiva de viver mais tempo possa parecer positiva para muitos, não se pode esquecer as implicações financeiras dessa nova realidade, ao que tudo indica e se mantida a tendência, as gerações futuras sofrerão ainda mais com o déficit previdenciário.

Diante do cenário atual e perspectivas futuras torna-se necessário e até inevitável o planejamento financeiro em longo prazo, para garantir uma aposentadoria tranquila.

Há poucos estudos direcionados para a área de planejamento para a aposentadoria. Desta maneira, a pesquisa busca contribuir, teoricamente, no sentido de reunir conceitos existentes sobre o tema.

Na prática, esse estudo justifica-se pelo fato de que a partir do embasamento teórico, é possível demonstrar alternativas para a elaboração do planejamento para complementação da aposentadoria.

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 Caracterização da Pesquisa

Para obter-se êxito e para que os objetivos de um trabalho sejam alcançados, métodos, metodologias, técnicas e processos de pesquisa devem ser adotados.

Estes aspectos metodológicos aplicados são de fundamental importância para a organização e direcionamento de um trabalho de pesquisa, e devem ser de conhecimento do pesquisador. Isto irá ajudá-lo a ter agilidade e embasamento teórico suficiente que sirva de sustentação, confirmação e aprovação de seu trabalho.

Pesquisar significa, de forma simples, procurar respostas para indagações propostas.

Toda pesquisa, segundo Marconi; Lakatos (2002, p. 62), implica no levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa, foi realizado de duas maneiras, por meio de pesquisas documentais (ou fontes primárias) e pesquisas bibliográficas (ou fontes secundárias), tendo como embasamento e fundamentação teórica, livros, artigos e outros meios de informação em periódicos (revistas, boletins, jornais), *sites da internet*, leis, normas entre outros.

Beuren *et al* (2003, p. 134), comentam que a coleta de dados por meio de pesquisas documentais ou de fontes primárias é a que trabalha com dados que não receberam tratamento analítico, já as pesquisas bibliográficas ou de fontes secundárias utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tema estudado.

A pesquisa tem caráter descritivo com abordagem qualitativa, pois define o que é importante e porque é importante, para determinada população ou indivíduo.

Para Cervo (1996, p. 49), “a pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

A pesquisa qualitativa não utiliza instrumentos estatísticos ou quantitativos para análise de dados, busca obtenção de dados mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto em estudo. (NEVES, 1996)

Quanto ao procedimento metodológico da pesquisa, após o embasamento das características citadas e das especificidades do campo de pesquisa, salienta-se a opção pela utilização de um estudo de caso.

Bruyne *et al* (1982), definem estudo de caso, como uma análise intensiva, empreendida em organizações reais com o objetivo de alcançar a totalidade de uma situação.

No estudo de caso, explica Triviños (1987), os resultados são válidos somente para o caso em questão, não podendo generalizar-se o estudo. Assim, este método fornece o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada e os ganhos estão nos resultados atingidos que podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Para análise dos dados da pesquisa utilizou-se a análise documental. Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 2002)

O trabalho apresentado passou pelos seguintes passos:

- 1) definição do tema, do problema e dos objetivos da pesquisa;

- 2) realização de pesquisa bibliográfica e documental, para identificação dos tópicos a serem abordados na fundamentação teórica;
- 3) iniciação do estudo de caso, por meio de conversas informais com o indivíduo para compor seu perfil e objetivos financeiros, bem como o levantamento de seus gastos mensais;
- 4) elaboração dos demonstrativos contábeis, análise e posterior sugestão e simulação de investimentos;
- 5) apresentação da análise de dados, considerações finais e recomendações.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Delimitar a pesquisa, segundo Marconi; Lakatos (2002, p. 29), é estabelecer limites para a investigação. A pesquisa pode ser limitada em relação ao assunto, a extensão ou a uma série de fatores como humanos, econômicos e prazos estipulados. Lembram, no entanto, que nem sempre há necessidade de delimitação, pois o próprio assunto e seus objetivos podem estabelecer limites.

No controle e planejamento das finanças pessoais, técnicas e conceitos podem ser empregados. Este trabalho de pesquisa aborda conceitos de planejamento e controle financeiro, descreve as principais opções de investimentos e apresenta as opções de previdência complementar, voltados para o planejamento financeiro como ferramenta para a gestão da aposentadoria.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta monografia objetivou coletar elementos necessários a demonstrar como elaborar um planejamento financeiro pessoal. Sua importância é comentada de maneira clara, objetiva e de fácil absorção por todos aqueles que se utilizarem deste trabalho nos primeiros contatos com o tema.

No primeiro capítulo, apresenta as considerações iniciais, na Introdução descreve-se a importância do planejamento e controle financeiro para garantir uma renda confortável na aposentadoria. Contextualizando o Tema e Problema, os Objetivos, a Justificativa, a Metodologia e a própria organização do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a revisão e fundamentação teórica, trazendo conceitos de planejamento, controle financeiro, investimentos e previdência complementar.

O terceiro capítulo expõe o estudo de um planejamento para a aposentadoria e análise dos dados obtidos.

Para finalizar a monografia são apresentadas as considerações finais e recomendações para pesquisas futuras, além das referências consultadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PORQUE PLANEJAR SUA APOSENTADORIA

No Brasil, a aposentadoria surgiu em 1923 com o Decreto nº 4.682, que criou uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os funcionários de cada empresa ferroviária, a instituição oferecia pensão, aposentadoria, assistência médica e auxílio farmácia.

A Previdência Social do Brasil funciona pelo regime de caixa. As contribuições efetuadas pelos ativos hoje, são automaticamente utilizadas para pagamento dos inativos. Sendo assim, os recursos previdenciários não são suficientes para pagar a massa de aposentados. (WEINTRAUB, 2003)

Em 1950, eram 8 contribuintes financiando um aposentado; em 1970, esta relação caiu para 4,2; na década de 90 eram 2,5 e atualmente a proporção é de 1 para 1.

O sistema de pagamento das contribuições é realizado por meio de repartição simples, ou seja, a geração ativa financia os pagamentos dos benefícios da população inativa. Vale ressaltar que o total de contribuintes seja maior que o de beneficiários, pois quanto maior for essa relação, menor tende a ser o saldo previdenciário gerado.

Segundo Jardim (2007, p.10),

a crise do sistema tem suas raízes na implantação do modelo previdenciário. Originou-se na contradição estrutural de um sistema em crescente expansão, sem que esse processo tenha sido acompanhado de alterações no mesmo sentido, na base financeira. Ou seja, houve uma grande absorção de extensas parcelas da população na cobertura da seguridade social, da mesma forma que houve uma queda progressiva da receita previdenciária, seja por diminuição da contribuição do Estado, seja devido à diminuição da participação empresarial e mesmo em relação à gestão dos recursos captados.

A remuneração máxima concedida pela Previdência Social, em outubro de 2007, é de R\$ 2.894,28. A pessoa que recebe um salário acima deste teto máximo terá dificuldades em se adequar ao novo padrão sócio-econômico. Constata-se que quanto maior for o salário no período imediatamente anterior à aposentadoria, maior será a diferença entre o padrão de vida atual e o que a Previdência Social irá proporcionar.

O maior problema, para a Previdência Social brasileira, não está no presente, mas no futuro. Nos próximos cinco anos, o Brasil estará no auge da população produtiva, mais trabalhadores, maior receita. De acordo com estudos do IBGE (2006), em 43 anos a população idosa crescerá 5 vezes.

Os principais fatores que inviabilizam o atual modelo da Previdência Social estão pautados: no tempo de contribuição para a aposentadoria, excessivos tributos sobre a folha de salários, existência de aposentadorias especiais, relação entre contribuinte e beneficiário (CHAN; SILVA; MARTINS, 2006).

O Governo sugere a reforma da Previdência Social, que propõe mudanças que dividem a opinião das pessoas. Tais modificações sugerem o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para a aposentadoria; unificação das alíquotas de contribuição dos trabalhadores; redução do teto de benefício no regime compulsório; contribuição de 11% sobre o excedente de R\$ 1.058,00, limite máximo de remuneração para aposentadorias e pensões.

Mesmo diante destas alternativas de redução dos gastos orçamentários da Previdência Social, a perspectiva de falência do sistema ainda é real, pois os problemas que estão ocorrendo não serão facilmente resolvidos. (RABELO, 2000)

Constantemente a situação da Previdência Social vem sendo abordada, custos operacionais elevados, fraudes, sonegação das contribuições devidas pelas entidades e pelo trabalhador, e rombos orçamentários apresentados no final de cada ano.

A tendência é a falência do sistema atual, portanto contar com a Previdência Social para se sustentar na aposentadoria é uma estratégia muito arriscada.

Por isso, o planejamento da aposentadoria é uma excelente alternativa, pois de acordo com Luquet (2001, p. 10),

programar-se para a aposentadoria é o que fará a diferença entre você e os muitos aposentados que precisam continuar trabalhando para complementar a renda. Esperar que o governo mantenha seu padrão de vida quando você tiver parado de trabalhar é uma ilusão. Este é assunto só seu.

Quanto mais cedo iniciar um planejamento financeiro para a aposentadoria, mais fácil será garantir um bom salário para alcançar estabilidade financeira e viver bem depois de aposentado.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejamento financeiro vai muito além do controle das despesas, envolve controle de gastos, definição e revisão periódica de metas, investimentos e avaliação dos progressos que estão sendo feitos, deve ser elaborado a curto, médio e longo prazo, sendo flexível e alterado de acordo com os objetivos e expectativas de cada pessoa.

Este planejamento envolve questões financeiras, sociais, culturais e psicológicas e para que seja eficiente é necessário o conhecimento de algumas técnicas contábeis e noções do mercado financeiro. Quanto maior for o conhecimento econômico e financeiro de uma pessoa, maiores serão suas chances de êxito do seu planejamento financeiro ao longo da vida.

Para Nakagawa (1993, p.48), “planejamento é o ato de tomar decisões por antecipação à ocorrência de eventos reais, e isto envolve de uma entre várias alternativas de ações possíveis.”

De acordo com Frankenberg (1999, p.31),

planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la.

Planejamento financeiro pessoal é o trabalho de organização de informações relevantes para que se obtenha saúde financeira no controle e gestão das finanças pessoais. Estabelecendo objetivos, etapas, prazos e os meios necessários para garantir a proteção e estabilidade do patrimônio pessoal.

Planejamento financeiro significa organizar a vida financeira de forma que você possa sempre ter reservas para os imprevistos da vida e, sistematicamente, construir uma independência financeira que garanta na aposentadoria, uma renda suficiente para uma vida tranquila e confortável.

2.2.1 Matemática Financeira

Muitas pessoas acham que a realização de cálculos financeiros exige conhecimentos profundos de matemática financeira, em função disso, não se empenham em aprender noções básicas que auxiliariam na tomada de decisões financeiras do dia-a-dia.

Diariamente são realizadas transações envolvendo pagamentos, aquisições de bens à vista ou a prazo e aplicações em dinheiro, caderneta de poupança ou em renda fixa. Para realizar qualquer uma dessas operações, é essencial o conhecimento de cálculos financeiros básicos para escolher a melhor alternativa que resulte em menor desembolso ou na maior rentabilidade para os investimentos.

A seguir serão abordadas noções básicas de matemática financeira para auxiliar no planejamento financeiro, visando à reserva de recursos para a aposentadoria.

2.2.1.1 Inflação

Inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro, equivale ao aumento no nível geral de preços. Em uma situação de inflação zero, ou muito baixa, considera-se uma condição de estabilidade de preços.

Para Frankenberg (1999, p. 383), “seja qual for a definição, todas indicam tratar-se de uma anomalia econômica que prejudica a grande maioria dos segmentos em que se divide uma sociedade organizada.”

Se analisarmos os efeitos externos da inflação ela se traduz em uma desvalorização da moeda local frente a outras, já os efeitos internos ela demonstra um aumento do volume de dinheiro e aumento de preços.

A inflação é um dos pontos de maior fragilidade de um planejamento financeiro, ela funciona como uma aplicação que rende juros negativos. (CERBASI, 2003)

A inflação pode corroer suas economias em qualquer moeda, por esse motivo, sempre que fizer simulações financeiras, considere taxas de juros líquidas, descontando a inflação o Imposto de Renda (IR) e as demais taxas, para saber exatamente quanto ganhará no período.

2.2.1.2 Juros

Juro é a remuneração pela utilização do capital, da mesma forma que o salário é a remuneração do trabalho pela utilização do tempo das pessoas e a renda proveniente de aluguéis é a remuneração pelo uso da terra.

Para Fortes (1999, p. 23), “juro é a remuneração do capital investido. É o que se paga ou recebe pelo uso do capital emprestado.”

Existem dois sistemas para determinação dos juros:

a) sistema de juros simples – o conceito de juros simples é baseado no fato de que apenas, o valor inicial da aplicação, chamado de valor principal, será remunerado ao longo do tempo da aplicação. Este sistema não é utilizado para as aplicações financeiras e tem pouca aplicação comercial.

$$\text{Fórmula: } J = c * i * n$$

Na fórmula, extraída de Halfeld (2001, p. 96), c é o capital, i taxa de juros e n número de meses ou anos.

b) sistema de juros compostos - conhecido popularmente como juros sobre juros, está caracterizado pelo fato de que, ao longo do tempo da aplicação, o saldo acumulado, ou seja, a aplicação inicial, acrescida dos juros do período anterior, será utilizada no cálculo do rendimento atual.

Fórmula de capitalização dos juros: $VF = VP (1+i)^n$

Esta fórmula também foi extraída de Haufeld (2001, p. 99), sendo VF o valor futuro ou montante, VP o valor presente ou capital inicial, i a taxa de juros e n número de períodos.

Uma aplicação única de R\$ 10.000,00 por 30 anos com rentabilidade líquida de 0,5% ao mês (descontado taxas, IR e inflação), terá acumulado R\$ 60.225,75 no final do período.

As fórmulas abaixo foram extraídas de Cerbasi (2003, p. 107 e 110).

Quanto deve ser investido (valor da parcela):

$$\text{Valor regular} = \frac{\text{Valor desejado após } n \text{ períodos}}{\left[\frac{(1 + \text{taxa de juros})^n - 1}{\text{taxa de juros}} \right]}$$

Para se acumular R\$ 500.000,00 em 35 anos e com rentabilidade líquida de 0,5% ao mês (descontado taxas, inflação e IR), terá que aplicar mensalmente R\$ 350,94.

Valor futuro (montante):

$$\text{Valor Futuro} = \text{Valor Regular} \times \left[\frac{(1 + \text{taxa de juros})^n - 1}{\text{taxa de juros}} \right]$$

Para uma aplicação mensal de R\$ 300,00, com rentabilidade líquida de 0,5% ao mês (descontado taxas, IR e inflação) por 30 anos terá acumulado R\$ 301.354,51.

O segredo dos juros compostos está baseado no conceito de “capitalização”, que é a adição dos juros no fim de determinado período, ao saldo da aplicação inicial, ou ao valor da aplicação acumulada até determinada data.

Para Haufeld (2003, p. 99), “as fortunas geradas através da capitalização dos juros dependem de apenas dois fatores: Tempo e Taxa de Juros.”

O fator tempo é o número de períodos em que o dinheiro ficará aplicado, e a taxa de juros é fundamental para definir o valor final de um investimento, alterações nesses fatores podem apresentar resultados muito diferentes nas aplicações de longo prazo.

Portanto, quanto mais tempo o dinheiro ficar aplicado, mais juros serão recebidos sobre ele.

2.2.2 Definindo os Objetivos

O primeiro passo, de qualquer planejamento financeiro é determinar aonde se quer chegar, estabelecendo os objetivos.

Macedo Junior (2007, p. 46) alerta,

ao estabelecer metas, não se esqueça de que a vida é boa e curta para viver pensando somente em acumular dinheiro. Seu planejamento deve estar direcionado a objetivos que estejam de acordo com seus valores pessoais, propiciem melhoria na qualidade de vida e lhe permitam obter tranquilidade financeira. Pior do que não se preocupar com dinheiro é viver apenas para ganhá-lo.

Na definição dos objetivos de um planejamento financeiro, alguns pontos devem ser considerados:

- deverão ser possíveis de serem alcançados;
- claramente definidos;
- com prazos para serem alcançados e priorizados, determinando o grau de importância de cada um.

Com relação aos prazos para a definição dos objetivos, sugere-se:

- objetivos de curto prazo, são definidos entre 1 e 5 anos;
- objetivos de médio prazo, os definidos entre 5 e 10 anos e
- objetivos de longo prazo, definidos acima de 10 anos.

No planejamento para a aposentadoria é preciso definir quando se aposentar, com que renda pretende se aposentar e por quanto tempo pretende receber a aposentadoria.

2.2.2.1 Quando se aposentar?

Uma variável muito importante para o planejamento da aposentadoria, e que não pode ser esquecida é definir quando se aposentar.

Cerbasi (2003, p. 36) lembra que,

aposentar-se, em finanças pessoais, não é deixar de trabalhar. Não pense em parar completamente. Se sua cabeça parar, seu corpo parará também. Aposentar-se significa obter renda suficiente para pagar suas contas mensais sem que se veja na obrigação de trabalhar para pagá-las. Ao se aposentar, você terá tranquilidade para trabalhar no que gosta.

Vale lembrar que qualidade de vida, inclui manter-se mentalmente e fisicamente ativo, na fase de aposentadoria se tem ainda mais flexibilidade e maturidade para experimentar novos desafios, e quem sabe colocar em prática antigos sonhos, como dar aulas, abrir o próprio negócio, aproveitar ainda mais as coisas boas da vida.

Muitas pessoas por impulso se precipitam e se aposentam por estarem desmotivadas na atual atividade ou cansadas fisicamente, por esse motivo muitos aposentados entram em depressão por se sentirem inúteis e ociosos.

Decidir o momento certo de parar de trabalhar depende de muitos fatores, tanto de ordem estratégica como de psicológica. Por isso, o planejamento da aposentadoria é importante e exige muita atenção como por exemplo, o quanto se pretende acumular e por quanto tempo terá renda para se manter aposentado.

2.2.2.2 Por quanto tempo?

Graças aos avanços da medicina, o período em que se vai viver aposentado poderá durar por mais tempo do que se passou trabalhando.

Conforme Cerbasi (2003, p. 38),

o censo de 2000 mostrou que o número de brasileiros que têm 100 anos ou mais já era suficiente para encher um estádio de futebol. Completar um século de vida não é mais um fato a ser registrado na imprensa. Está se tornando um fato corriqueiro. A medicina está proporcionando às pessoas uma vida saudável muito longa.

Em dezembro de 2006, o IBGE divulgou a tábua de mortalidade da população brasileira, o documento apresenta uma análise da mortalidade no período de 2000 a 2005, com base na expectativa de vida ao nascer, por sexo e na taxa de mortalidade infantil.

Tabela 1 - Expectativa de Vida (2005)

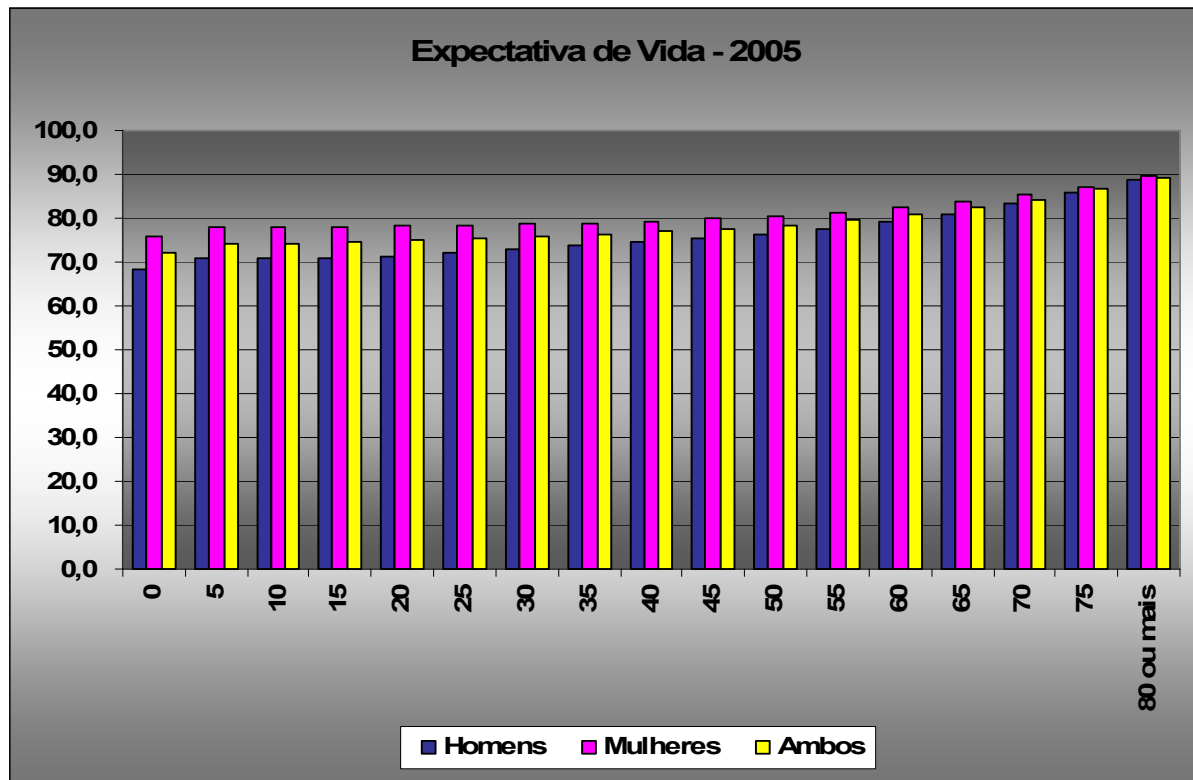
EXPECTATIVA DE VIDA			
Idade	Homens	Mulheres	Ambos
0	68,2	75,8	71,9
5	65,7	72,9	69,2
10	60,8	68,0	64,4
15	56,0	63,1	59,5
20	51,4	58,2	54,8
25	47,1	53,4	50,3
30	42,9	48,6	45,8
35	38,6	43,9	41,3
40	34,4	39,3	36,9
45	30,3	34,8	32,6
50	26,4	30,4	28,5
55	22,7	26,3	24,5
60	19,2	22,3	20,8
65	16,0	18,6	17,4
70	13,2	15,2	14,3
75	10,8	12,2	11,6
80 ou mais	8,8	9,7	9,3

Fonte: Adaptado de IBGE (2006)

Para calcular a expectativa de vida de uma pessoa, some a idade ao valor de expectativa de vida. Exemplo: 5 anos de idade + 65,7 expectativa de um homem = 70,7 anos.

Segundo os estudos do IBGE (2006), uma pessoa de 20 anos, tem uma expectativa de vida de 54,8 anos, podendo chegar aos 74,8 anos. Já uma pessoa com 30 anos, poderá chegar aos 75,8 anos, uma pessoa com 40 anos tem uma expectativa de vida de 36,9 anos, podendo chegar aos 76,9 anos. Um idoso com idade de 60 ou 65 anos, poderá atingir a idade de 80,8 ou 82,4 anos respectivamente. Percebe-se claramente o aumento gradativo na expectativa de vida do brasileiro que cresce a cada ano.

Com base na Tabela de Expectativa de Vida, do IBGE, definiu-se como parâmetro para este estudo a margem dos 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens se aposentarem.



Fonte: Adaptado de IBGE (2006).

Gráfico 1 - Expectativa de Vida (2005).

Os estudos do IBGE (2006) demonstram uma diferença considerável entre homens e mulheres, em média as mulheres apresentam uma expectativa de vida de 10% maior que os homens. Por exemplo, uma mulher com 30 anos poderá chegar aos 78,6 anos, já um homem na mesma idade poderá chegar aos 72,9. Diante disto, o planejamento financeiro de uma mulher deverá ser no mínimo 10% maior do que um homem, pois viverá por mais tempo.

De acordo com o IBGE (2006), atualmente a expectativa de vida do brasileiro é de 72 anos, estima-se que em 2050 deverá chegar a 82 anos.

As estatísticas comprovam que as chances de se chegar aos 100 anos são maiores do que se imagina. Definir por quanto tempo ficará aposentado é uma incógnita. O ideal é considerar que a sua expectativa de vida será maior do que as estatísticas atuais.

Com a expectativa de vida dos brasileiros aumentando a cada ano, será necessário acumular uma poupança considerável para manter uma renda mensal que possa durar por muito mais tempo, garantindo a independência financeira do aposentado, sem depender dos filhos ou dos benefícios da Previdência Social.

2.2.2.3 Com quanto?

Esta é a principal pergunta a ser respondida antes de iniciar o planejamento financeiro pessoal.

Analistas dizem que o indivíduo precisa ao se aposentar, o equivalente de 70% a 80% da renda que estiver recebendo um pouco antes de ocorrer a aposentadoria. (LUQUET, 2001)

Isto se justifica porque ao se aproximar da aposentadoria, a pessoa já terá formado um patrimônio, como casa própria e automóvel e os filhos já estarão criados, com isso as despesas tendem a diminuir.

Para saber quanto vai precisar é fácil, é só multiplicar a renda mensal atual por 0,70 ou 0,80 o resultado será o valor aproximado que precisará ao se aposentar.

Exemplo: Renda mensal atual de R\$ 3.000,00, a renda mensal para manter seu padrão de vida será de R\$ 2.100,00.

Sugere-se que para ter 70% da sua renda atual na aposentadoria, será necessário seguir a seguinte regra:

- início dos investimentos aos 30 anos, poupar 10% da renda mensal;
- investimentos a partir dos 40 anos, poupar 21% da renda mensal;
- investimento a partir dos 50 anos, poupar 48% da renda mensal e
- investimentos a partir dos 55 anos, poupar 84% da renda mensal.

São apenas sugestões, não existe uma regra geral, a decisão fica a critério de cada pessoa, dependendo do padrão de vida almejado, estratégias de poupança e investimentos traçados e de valores e aspectos pessoais inerentes a cada um.

Quanto mais tempo tiver até a aposentadoria, menos dinheiro deverá poupar e investir, no entanto, se estiver muito próximo da aposentadoria, os valores investidos deverão ser maiores.

Na Tabela 2, apresenta-se uma simulação da renda mensal futura considerando as sugestões quanto à porcentagem de investimento relacionado com a idade da pessoa. Os cálculos foram feitos considerando que um homem estipulou a idade de 65 anos para se aposentar, tendo uma renda atual de R\$ 3.000,00 e taxa líquida de juros de 0,5% ao mês.

Tabela 2 - Simulação de Renda

RENDA ATUAL DE R\$ 3.000,00				
TAXA LÍQUIDA DE JUROS = 0,5% a.m.				
IDADE	TEMPO (meses)	VALOR	ACUMULADO	RENDA MENSAL
30	420	300,00	427.413,08	2.137,06
40	300	630,00	436.586,19	2.182,93
50	180	1.440,00	418.778,94	2.093,89
55	120	2.520,00	412.975,95	2.064,87

Considera-se que aos 65 anos essa pessoa estará aposentada pela Previdência Social com uma renda de R\$ 2.894,28 (teto máximo do INSS) e soma-se a renda mensal simulada, então a renda total ao se aposentar será em torno de R\$ 4.990,00.

2.2.3 Balanço Patrimonial

Em um planejamento financeiro pessoal faz-se necessário determinar o Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa líquido da pessoa, para saber qual a situação atual em termos financeiros e patrimoniais, ou seja, saber para onde está indo o dinheiro.

No Balanço Patrimonial, são apresentados os elementos que compõem o patrimônio do indivíduo em determinado momento, com valores, permitindo a análise da sua situação financeira e patrimonial. Registra o valor dos bens, direitos e obrigações, como também, a situação líquida do mesmo num determinado período.

Para Franco (1996, p.63), “balanço é a representação sintética dos componentes patrimoniais e de suas variações. Do ponto de vista estatístico é a representação patrimonial em determinado momento. Do ponto de vista dinâmico é a demonstração das variáveis patrimoniais e do resultado do exercício.”

Por meio do balanço a contabilidade exerce sua função expositiva demonstrando a situação do patrimônio do indivíduo em determinado momento e as variações por ele sofridas em um período. É composto por três elementos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Em finanças pessoais, o Ativo é o conjunto formado pelos créditos e bens existentes e o Passivo é formado pelos débitos e dívidas, ambos são classificados em curto prazo (até 12 meses) e em longo prazo (acima de 12 meses), a diferença entre o Ativo e o Passivo representa a sua riqueza ou Patrimônio Líquido, conforme modelo apresentado no Quadro 1.

Quanto maior o Patrimônio Líquido, maior será a riqueza. O Patrimônio Líquido pode aumentar de duas maneiras, aumentando o Ativo (créditos) ou diminuindo o Passivo (débitos).

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO (bens e direitos)		PASSIVO (obrigações e dívidas)	
Ativo de curto prazo	0,00	Passivo de curto prazo	0,00
Dinheiro	0,00	Cartão de crédito	0,00
Conta corrente	0,00	Dívidas com lojas	0,00
Caderneta de Poupança	0,00	Empréstimo bancário	0,00
Fundo de Renda Fixa	0,00	Impostos e taxas a pagar	0,00
Títulos Públicos	0,00	Prestações do apartamento	0,00
Ações de Empresas	0,00	Financiamento automóvel	0,00
Ativo de longo prazo	0,00	Passivo de longo prazo	0,00
Fundo de pensão	0,00	Financiamento automóvel	0,00
Planos de Previdência	0,00	Prestações do apartamento	0,00
FGTS	0,00		
Ativo permanente	0,00	Sub total	0,00
Móveis e equipamentos	0,00		
Imóveis	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (riqueza)	
Automóvel	0,00	Ativo - Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Fonte: Adaptado de Halfeld (2001, p. 113).

Quadro 1 - Modelo Balanço Patrimonial Pessoal.

Em finanças pessoais devem ser considerados os valores de mercado dos bens classificados no Ativo Permanente (imóveis, veículos, móveis e equipamentos).

Stanley; Danko *apud* Segundo Filho (2003, p. 57), definem uma fórmula que, a partir da idade e da renda anual, mostra qual deve ser o Patrimônio Líquido ideal esperado para uma pessoa ser considerada financeiramente independente.

$$\text{Patrimônio Líquido Esperado} = (\text{Renda Bruta Anual} * \text{Idade})/10$$

O Patrimônio Líquido ideal de uma pessoa com 30 anos que recebe R\$ 2.500,00 por mês será de R\$ 90.000,00. Já aos 60 ou 65 anos uma pessoa com renda mensal de R\$ 3.000,00, o Patrimônio Líquido ideal será de R\$ 216.000,00 ou R\$ 234.000,00, respectivamente.

2.2.4 Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa consiste “no conjunto de ingressos e desembolsos de numerário ao longo de um período projetado.”(ZDANOWICZ, 2004, p. 40)

Também chamado orçamento de caixa, fluxo de recursos financeiros, fluxo de capitais e movimento de caixa

Para uma boa gestão do patrimônio pessoal é necessário a utilização desta ferramenta no planejamento dos gastos pessoais. Na demonstração do Fluxo de Caixa, são apresentados todos os recebimentos e pagamentos efetuados em um determinado período, é o controle de toda a entrada e saída de dinheiro.

O objetivo do Fluxo de Caixa em finanças é dar uma visão das operações financeiras realizadas no mês, das disponibilidades que representam o grau de liquidez do caixa.

Na elaboração do Fluxo de Caixa, deve-se alocar todos os tipos de recursos que normalmente ingressam no caixa e de que forma eles são gastos.

FLUXO DE CAIXA													
DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. INGRESSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguéis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13º Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1/3 Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. DIFERENÇA DO PERÍODO (1-2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. SALDO MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. DISPONIBILIDADE ACUMUL. (3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. EMPRÉSTIMOS CAPTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9. RESGATE DE APLICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. SALDO FINAL DE CAIXA (5+6-7-8+9)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Adaptado de Zdanowicz (2004, p. 145).

Quadro 2 - Modelo de Fluxo de Caixa Pessoal.

2.2.5 Controle de Gastos

De acordo com o Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa (1999, p.264), controle é a “...verificação administrativa, inspeção, fiscalização, domínio de si mesmo, moderação e comedimento...”

No planejamento financeiro pessoal o controle de gastos é de extrema importância para evitar o endividamento e conseguir poupar para futuros investimentos, gerando uma reserva para a aposentadoria.

Para Macedo Junior (2007, p.34),

organizar as contas também mostra a real dimensão de sua saúde financeira e quais são seus hábitos de consumo. Possibilita que você diminua seus gastos ao cortar desperdícios e pagamento de juros e poupe para investir em você. Ao colocar tudo no papel você poderá ter uma agradável surpresa e descobrir que tem mais dinheiro do que imagina.

Se o resultado do fluxo de caixa for positivo, ou seja, entradas maiores que saídas, esse valor poderá ser investido. No caso do resultado ficar igual (entradas = saídas) ou for negativo (entradas menores que saídas), será necessário rever os gastos, detalhadamente e criteriosamente, analisando-os por categoria e determinando a participação percentual de cada um no total de gastos mensais, para saber exatamente quais são os gastos mais relevantes no orçamento mensal.

Nesta situação é possível a utilização de um mapa de controle de gastos, devidamente adaptado às necessidades de cada um.

A partir daí, poderá definir onde reduzir os gastos para equilibrar o orçamento mensal e torná-lo positivo, poupando todo mês.

CONTROLE DE GASTOS - MÊS _____ de _____.				
DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	PARTICIPAÇÃO %	REDUÇÃO	VALOR AJUSTADO
Habitação	0,00	0	0,00	0,00
Aluguel/Prestação	0,00	0	0,00	0,00
IPTU e taxas	0,00	0	0,00	0,00
Condomínio	0,00	0	0,00	0,00
Conta de água e Energia elétrica	0,00	0	0,00	0,00
Telefone fixo e telefone celular	0,00	0	0,00	0,00
TV a cabo e internet	0,00	0	0,00	0,00
Faxineira e Lavanderia	0,00	0	0,00	0,00
Alimentação/Supermercado	0,00	0	0,00	0,00
Feira e Padaria	0,00	0	0,00	0,00
Manutenção, conservação e decoração	0,00	0!	0,00	0,00
Saúde	0,00	0	0,00	0,00
Plano de Saúde	0,00	0	0,00	0,00
Médicos, Terapeutas e Dentistas	0,00	0	0,00	0,00
Farmácia	0,00	0	0,00	0,00
Transporte	0,00	0	0,00	0,00
Prestação do carro	0,00	0	0,00	0,00
IPVA e seguro obrigatório	0,00	0	0,00	0,00
Seguros e Multas	0,00	0	0,00	0,00
Combustível	0,00	0	0,00	0,00
Lavação	0,00	0	0,00	0,00
Garagem/Estacionamento	0,00	0	0,00	0,00
Manutenção e conservação	0,00	0	0,00	0,00
Despesas pessoais	0,00	0	0,00	0,00
Cabeleireiro, Manicure, Pedicure e Depilação	0,00	0	0,00	0,00
Cosméticos	0,00	0	0,00	0,00
Vestuário	0,00	0	0,00	0,00
Academia/esportes	0,00	0	0,00	0,00
Educação	0,00	0	0,00	0,00
Mensalidades Universidade/Escola	0,00	0	0,00	0,00
Cursos (idiomas, computação, etc)	0,00	0	0,00	0,00
Material escolar e uniformes	0,00	0	0,00	0,00
Lazer	0,00	0	0,00	0,00
Teatro, bares e baladas	0,00	0	0,00	0,00
Restaurantes e cafés	0,00	0	0,00	0,00
Locadora de vídeos	0,00	0	0,00	0,00
Livraria/CDs/DVDs	0,00	0	0,00	0,00
Passesios	0,00	0	0,00	0,00
Passagens e Hospedagens	0,00	0	0,00	0,00
Outros	0,00	0	0,00	0,00
Doações	0,00	0	0,00	0,00
Tarifas bancárias e CPMF	0,00	0	0,00	0,00
Presentes	0,00	0	0,00	0,00
Reserva p/ viagens/férias	0,00	0	0,00	0,00
Extras	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL DOS GASTOS	0,00	0	0,00	0,00

Fonte: Adaptado de Segundo Filho (2003, p. 61).

Quadro 3 - Modelo de Mapa de Controle de Gastos.

O mapa de controle de gastos deverá ser elaborado mês a mês, além de identificar detalhadamente o gasto mensal e auxiliar na identificação e redução de gastos, servirá de base para preenchimento das categorias de despesas no demonstrativo de Fluxo de Caixa mensal.

Para auxiliar no controle e diminuição dos gastos é importante tomar cuidado com os vilões do orçamento pessoal:

- os pequenos valores gastos no dia-a-dia, como gorjetas, lanches, estacionamento, cinema, pipoca, presentes e outros. Sugere-se anotar durante um período ou todos os meses os valores desses gastos para saber exatamente o reflexo no orçamento.
- compras desnecessárias. Sugere-se avaliar o custo-benefício do gasto, se a compra é realmente necessária.
- cartão de crédito. Sugere-se ter apenas um, assim terá mais controle na utilização e apenas uma anuidade para pagar.
- endividamento e juros. Sugere-se evitar, pois eles podem comprometer o orçamento.

2.2.6 Análise dos Demonstrativos

A análise dos demonstrativos tem como objetivo extrair informações úteis das demonstrações contábeis, visando à situação econômico-financeira do indivíduo.

Os indicadores financeiros detectam situações, verificam tendências de acontecimentos e alertam para que sejam tomadas decisões para correção e retomada da saúde financeira do indivíduo.

Halfeld (2001, p. 118) conceitua índice de liquidez, como “a medida da velocidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro vivo, sem perder valor. Dinheiro no seu bolso é o ativo mais líquido que existe.”

O Índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento em curto prazo, é a proporção de obrigações existentes e o total dos recursos disponíveis no mesmo período.

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo de Curto Prazo}}{\text{Passivo de Curto Prazo}}$$

Se o índice ficar abaixo de 1, isso significa que suas obrigações (dívidas) superam seus recursos (ativos) de curto prazo.

O Índice de Cobertura das Despesas demonstra por quanto tempo (mês) os recursos de curto prazo poderão cobrir as despesas mensais do indivíduo.

$$\text{ICD} = \frac{\text{Ativo de Curto Prazo}}{\text{Despesas Mensais}}$$

Esse índice serve para mensurar no caso de uma crise ou desemprego por quanto tempo os recursos disponíveis podem cobrir as despesas.

Haufeld (2001, p. 119), sugere “nunca deixe esse indicador ficar abaixo de 6. Caso contrário você dependerá de créditos em bancos ou financeiras, pagando taxas elevadas de juros.”

O Índice de Endividamento demonstra a composição das origens dos recursos. Indica o montante de dinheiro de terceiros que está sendo usado na obtenção de bens e riqueza.

$$\text{IE} = \frac{\text{Passivo Curto} + \text{Passivo Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Quanto maior for este índice, maior será o montante de dinheiro de terceiros que está sendo empregado para gerar riqueza (lucro).

O Índice de Poupança demonstra o percentual da receita disponível para investir. É fundamental manter um índice de poupança elevado, para atingir a independência financeira. (HAUFELD, 2001)

$$\text{IP} = \frac{\text{Resultado disponível}}{\text{Receitas}}$$

2.3 INVESTIMENTOS

O próximo passo é saber investir os valores poupados mês a mês. Afinal poupar é guardar dinheiro e investir é fazer o dinheiro render (MACEDO JUNIOR, 2007).

Investimentos são aplicações de recursos em ativos que geram algum tipo de retorno financeiro para o investidor.

Quanto maior o retorno, maior o risco e vice versa. Podem ser de liquidez imediata, ou seja, resgate da aplicação a qualquer momento, ou não. Na sua grande maioria são tributadas, contudo algumas aplicações apresentam incentivos fiscais.

O investimento de recursos financeiros de uma pessoa deve ser muito bem planejado para que ela possa atingir seus objetivos futuros, como segurança, conforto, garantir recursos para a aposentadoria ou conquistar a independência financeira.

Investir é uma questão de escolher entre duas ou mais alternativas, fazer isto corretamente depende basicamente do nível de conhecimento em investimentos e das expectativas dos cenários futuros que afetarão suas decisões.

A administração de investimentos objetiva atender as necessidades do investidor em termos de rentabilidade, risco e liquidez. Rentabilidade é o retorno do investimento. É apurada através da divisão do valor da venda ou resgate pelo valor da compra ou aplicação. Risco é a probabilidade de perda. O risco é decorrente das oscilações do mercado. Liquidez é a capacidade de transformar o investimento em dinheiro, a qualquer tempo, sem perda de rentabilidade.

Essas três características são mutuamente excludentes, é difícil unir em um investimento alta rentabilidade, baixo risco e boa liquidez, o investidor terá que optar pelo aspecto mais relevante na sua preferência.

Investidor é a pessoa física ou jurídica que aplica seu dinheiro visando obter lucros e/ou rendimentos.

Existem quatro tipos de investidores dependendo do grau de tolerância aos riscos:

- conservador - é avesso a riscos, prioriza a segurança em seus investimentos e a proteção total de seu patrimônio;
- moderado - busca segurança em seus investimentos, entretanto aceita correr algum risco para obter maior rentabilidade;
- arrojado - aceita maior exposição a risco em busca de ganhos adicionais em médio e longo prazo e
- agressivo - conhece o mercado, aceita riscos maiores e oscilações em curto prazo em busca de maiores ganhos. Procura ganhar dos indicadores econômicos.

Com relação ao planejamento de investimentos visando à renda para a aposentadoria podemos relacionar a idade e o risco para os investimentos, conforme o Quadro 4.

RISCO	IDADE
Maior	até 45 anos
Médio	de 46 a 55 anos
Menor	de 56 a 60 anos
Nenhum	acima de 61 anos

Quadro 4 – Relação Risco e Idade

Se um jovem perder parte de seu patrimônio em investimentos ou negócios, ele terá tempo para recuperar no futuro, o que não poderá acontecer com as pessoas com mais de 60 anos.

Frankenberg (1999, p. 61), complementa que “o ímpeto dos jovens é saudável e necessário. Já uma pessoa com mais idade, terá que ter maior cautela com negócios que envolvam risco.”

Os investimentos são classificados como aplicações em renda fixa e aplicações em renda variável.

As aplicações em renda fixa são indicadas para os investidores mais conservadores, que não gostam de se arriscar. Essas aplicações também são indicadas para quem vai precisar do dinheiro em curto prazo, isto é, em menos de cinco anos.

Embora mais voláteis, as aplicações em renda variável, são recomendadas aos investidores que estiverem trabalhando com horizontes de tempo superiores há cinco anos. Em longo prazo, a renda variável geralmente oferece resultados muito superiores aos da renda fixa.

O mercado financeiro brasileiro dispõe de várias opções de investimentos e as principais serão abordadas a seguir.

2.3.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é a mais tradicional forma de aplicação de recursos. Considerada pelos investidores a mais conservadora forma de investimento, é utilizada pela maioria das pessoas.

Conforme Assaf Neto (2003, p. 134),

a caderneta de poupança é essencialmente uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora, oferecendo segurança (o governo garante os depósitos até certo limite) e baixa remuneração, comparativamente a outros tipos de ativos no mercado.

Apresentando o menor risco e liquidez imediata, a caderneta de poupança é isenta de IR e a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CMPF) paga é reembolsada no caso de permanência dos recursos por um tempo determinado.

Embora seja considerado o ativo de menor risco na economia brasileira, sua remuneração depende sempre das políticas econômicas do governo. Se o banco quebrar, há um fundo criado pelos bancos que serve como uma espécie de seguro e devolve até R\$ 60.000,00 ao correntista prejudicado.

A rentabilidade da caderneta de poupança tem sido inferior à dos fundos de investimento, ela paga juros de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial de Juros (TR).

Segundo Frankenberg (1999, p. 140),

a caderneta de poupança há muitíssimos anos, é a mais tradicional das formas de aplicação de dinheiro em nosso país. Apesar de todas as amarguras da inflação pelas quais passamos nos últimos decênios e de algumas atitudes quase criminosas provocadas pelo governo do ex-presidente Collor, ela não perdeu sua popularidade.

2.3.2 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

São títulos representativos de depósitos a prazo emitidos por bancos de investimentos e comerciais, com prazos curtos. Seus rendimentos podem ser prefixados ou pós-fixados e acompanham os juros do mercado.

O prazo mínimo de aplicação é de 30 dias para os prefixados, e mínimo de 120 dias para aplicações pós-fixadas.

O risco desses papéis é o risco do banco. Se o banco falir, o investidor terá a garantia de recebimento limitado a R\$ 60.000,00. Ao aplicar importâncias superiores a essa, deve-se analisar antes a situação financeira do banco ou diversificar a aplicação em outros bancos.

A grande desvantagem do CDB, para os pequenos investidores, é que os bancos costumam pagar taxas menores às aplicações de baixo valor.

O CDB pode ser negociado antes do seu vencimento, entretanto, o valor de resgate deverá ser negociado com o comprador do título, o banco ou outra instituição.

Os rendimentos do CDB são tributados pelo IR com alíquotas que variam de 22,5% a 15% dependendo do prazo de aplicação.

Cerbasi (2002, p. 131), comenta que “quando tem percentual de rentabilidade próximo de 100% do CDI, mostra-se como uma das melhores e mais seguras aplicações de baixo risco do mercado. Além disso, não tem incidência de taxa de administração, como acontece com os fundos.”

2.3.3 Fundos de Investimentos

Fundo de investimento é uma forma de aplicação que reúne vários investidores, no qual as receitas e as despesas são divididas e o patrimônio é gerido por especialistas, os administradores, que aplicam em títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais em títulos diversos ou em outros fundos, buscando maximizar os recursos e minimizar os riscos dos investimentos.

Para Silva (2004, p.79), fundos de investimentos,

é a idéia de condomínio, embora aplicadores tenham direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, isto é, sempre fica uma grande soma disponível, que pode ser aplicada em títulos mais rentáveis. Caracteriza-se pela aquisição de cotas de aplicações abertas e solidárias, representativas do patrimônio do fundo, que tem o benefício da valorização diária. Eles podem ser classificados como de renda fixa ou de renda variável.

A aplicação em fundos de investimentos apresenta algumas vantagens como: potencial de retorno acima dos instrumentos tradicionais, isenção da CPMF na reaplicação automática e liquidez em curto prazo.

A rentabilidade de cada fundo é determinada pela estratégia de investimento adotada pelo administrador. Existem fundos conservadores, com retorno e riscos menores e fundos agressivos, com maior retorno e conseqüentemente maior risco, definidos de acordo com o perfil e objetivos dos investidores.

Os fundos tornam possível a diversificação dos investimentos, por meio da aplicação em suas diferentes classes, visando diluir o risco e aumentar o potencial de retorno. Vale ressaltar que os recursos dos fundos nunca se misturam aos da instituição administradora.

O primeiro fundo mútuo do Brasil iniciou suas atividades em 1957, e em 1967, nasceu a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), principal representante das instituições que atuam no mercado de capitais brasileiro.

A ANBID auxilia na construção, modernização e aperfeiçoamento da legislação de fundos de investimento.

Atualmente os fundos funcionam sobre a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsável por sua regulamentação e fiscalização, buscando a proteção do investidor. A Instrução CVM No. 409 dispõe sobre a constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento.

Ao se aplicar em um fundo de investimento, é importante pesquisar a taxa de administração cobrada, pois, dependendo dessa taxa, a rentabilidade pode ficar comprometida. Apesar da tributação, a rentabilidade da maioria dos fundos, principalmente daqueles que cobram uma taxa de administração razoável, tem superado a rentabilidade da caderneta de poupança.

2.3.3.1 Fundos de Curto Prazo

São os fundos que apresentam o menor nível de risco. Possuem, em sua política de investimento, restrições quanto à compra de títulos com prazo de vencimento longo. Essas restrições têm por objetivo a constituição de uma carteira menos sujeita às oscilações no patamar de ágio e deságio com que os títulos são negociados.

Conforme Macedo Junior (2007, p. 93), “são considerados os mais conservadores, com cotas menos sensíveis às oscilações das taxas de juros.”

Os fundos de curto prazo buscam retorno através de investimentos em títulos de renda fixa, pós ou prefixados indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), investem em Títulos do Tesouro Nacional de baixo risco com prazo máximo a decorrer de 365 dias, tendo prazo médio da carteira de no máximo 60 dias.

O rendimento é tributado pelo IR à alíquota de 22,5% para aplicações com prazo de até 180 dias, e alíquota de 20% para aplicações com prazo acima de 180 dias.

2.3.3.2 Fundos de Renda Fixa

Os fundos de renda fixa investem em títulos públicos e em CDBs e acompanham as taxas de juros do CDI, dividem-se em pós-fixados e prefixados.

Os pós-fixados seguem as taxas de juros diárias utilizadas nas operações interbancárias. São aplicados integralmente em Títulos do Tesouro Nacional, apresentando baixo risco.

Os prefixados são aqueles aplicados em papéis, com uma taxa fixa previamente acordada entre o emissor e o comprador. Estes papéis podem ser públicos ou

privados. Por serem prefixados não acompanham a alta na taxa de juros da economia, podendo ser registrado uma perda no caso de isso acontecer.

O risco destes fundos é proporcional à parcela do patrimônio do fundo aplicado em títulos públicos, quanto maior menor o risco, contudo com menor rentabilidade (SILVA, 2004, p.79).

Para Cerbasi (2003, p. 132),

o maior risco é de o fundo não ser bem administrado e, em consequência disso, oferecer rentabilidade abaixo do que potencialmente pode oferecer. Isso, em geral, não ocorre quando o fundo é administrado por uma instituição de tradição e grande porte. Na eventualidade de a instituição financeira quebrar, o cotista não perde dinheiro, pois o fundo é apenas administrado pela instituição. Quando isso acontece, outra instituição é nomeada pelos principais cotistas para administrar o fundo.

Os fundos de renda fixa devem manter, no mínimo, 80% de sua carteira em títulos públicos ou ativos com baixo risco de crédito.

Atualmente os rendimentos dos fundos de renda fixa são tributados pelo IR conforme o prazo das aplicações, alíquota de 22,5% para aplicações até 180 dias, 20% para aplicações de 181 a 360 dias, 17,5% para aplicações de 361 a 720 dias e 15% para as aplicações acima de 720 dias.

2.3.3.3 Fundos Referenciados

A principal característica dos fundos referenciados é que a rentabilidade deve acompanhar um determinado referencial, os mais conhecidos são os referenciados Depósito Interbancário (DI) ou dólar americano.

Os referenciados DI objetivam investir, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos ou operações que busquem acompanhar as variações do CDI ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O montante não aplicado em operações que busquem acompanhar as variações destes parâmetros de referência deve ser aplicado em títulos públicos federais ou em títulos de renda fixa privados de baixo risco.

O referenciado câmbio objetiva investir, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em ativos que acompanham o mais próximo possível as variações do dólar americano, estando também sujeitos às oscilações das taxas de juros do Brasil sobre o dólar. O montante não aplicado em ativos que busquem as variações do dólar deve ser aplicado em títulos públicos ou em títulos de renda fixa de baixo risco.

Os fundos referenciados são indicados a investidores que visam à rentabilidade que acompanhe as taxas de juros. Os rendimentos são tributados pelo IR com alíquotas que variam de 22,5% a 15% dependendo do prazo de aplicação.

2.3.3.4 Fundos de Ações

Os fundos de ações são uma alternativa para aplicar em ações. Em vez de aplicar diretamente em ações de uma ou mais empresas, o investidor pode aplicar em um fundo de ações, que é um conjunto de recursos administrados por uma instituição que os aplica em uma “carteira de ações”, distribuindo os resultados aos cotistas, proporcionalmente ao número de cotas possuídas, que variam de acordo com a oscilação das ações que compõem o fundo.

Para Macedo Junior (2007, p.94), os fundos de ações são “mais indicados para investimentos de longo prazo. São fundos que investem, no mínimo, 67% de seu patrimônio em ações negociadas em Bolsa. Dessa forma, estão sujeitos às oscilações de preços das ações que compõem sua carteira.”

Os fundos de ações podem ser passivos, que compram ações que fazem parte do Índice Bovespa (IBOVESPA), ou ativos, que formam uma carteira de ações de acordo com a preferência do administrador do fundo.

Os Fundos de Ações são indicados a investidores que possuem horizonte de investimento de longo prazo, toleram a volatilidade e os riscos do mercado acionário. Tributados a alíquota do IR de 15% sobre os ganhos no resgate dos fundos.

2.3.3.5 Fundos Cambiais

Os fundos cambiais são aqueles que investem em títulos indexados ao dólar. Aplicam pelo menos 80% de sua carteira em ativos, relacionados diretamente ao dólar. O montante não aplicado em ativos relacionados direta ou indiretamente ao dólar devem ser aplicados em títulos e operações de renda fixa. É um investimento de alto risco porque é muito sensível, não só às crises da economia brasileira, mas também às crises da economia mundial que afetam, periodicamente, a taxa do dólar no Brasil.

São muito procurados pelos investidores em períodos de elevação contínua da taxa de câmbio, quando podem proporcionar excelente rentabilidade.

Para Cerbasi (2003, p. 134), fundos cambiais são “fundos que investem em títulos que pagam juros em dólar. Os juros em geral são baixos, perdem das demais aplicações. Mas quando o dólar sofre forte valorização, o investidor ganha os juros mais a variação cambial.”

Não refletem exatamente a cotação da moeda estrangeira, pois são tributados pelo IR, são cobradas taxas de administração e estão sujeitas a variação da taxa de juros.

Os rendimentos são tributados pelo IR com alíquotas que variam de 22,5% a 15% dependendo do prazo de aplicação.

2.3.3.6 Fundos Imobiliários

O investidor compra cotas de uma aplicação na construção ou no aluguel de imóveis. Existem dois tipos de fundo imobiliário: os que são voltados para pequenos investidores e os “fundos de incorporação”, voltados para os grandes investidores e que exigem uma aplicação mínima bem maior. Nesse tipo de aplicação, o investidor compra a cota de um fundo que vai financiar a construção de um imóvel comercial ou residencial. Sua rentabilidade é alta, normalmente muito superior à dos demais tipos de fundos. Essa é uma boa alternativa para quem gosta de aplicar em imóveis. É mais vantajoso ter uma fração de um empreendimento de alto padrão do que assumir riscos da compra de uma sala ou de apartamentos inteiros, que podem demorar meses para serem alugados. Entretanto, esse investimento é de médio prazo, pelo menos enquanto durar o financiamento aos compradores do imóvel, que pode durar até seis anos.

Quando há uma perspectiva de melhoria da economia e, em um cenário de queda dos juros no longo prazo, a aplicação em fundos imobiliários é uma boa alternativa.

Esses fundos são mais atrativos quando os juros básicos da economia estão baixos.

Frankeberg (1999, p. 155),

aconselho aos eventuais investidores tomarem bastante cuidado ao adquirirem cotas de fundos imobiliários e conhecerem em profundidade os patrocinadores, incorporadores e administradores, além de prestarem muita atenção ao valor dos imóveis componentes e aos resultados a serem obtidos.

Os rendimentos são tributados pelo IR com alíquotas que variam de 22,5% a 15% dependendo do prazo de aplicação.

2.3.3.7 Fundos Multimercado

Os fundos multimercado atuam com características mistas, combinam investimentos em renda fixa, câmbio, ações, entre outros, procuram contrabalançar os riscos excessivos de alguns deles. O administrador do fundo escolhe os ativos da carteira e percentual do patrimônio a ser investido em cada um dos mercados.

Para o investidor que não quer apenas opções conservadoras de investimento, os fundos multimercado são uma ótima alternativa.

Os riscos desse fundo costumam ser menores que os demais fundos de risco, sua rentabilidade costuma ser menos instável, podendo ter rentabilidade acima da média em momentos de estabilidade da economia.

Cerbasi (2003, p. 136), alerta para a “incidência de taxas de administração elevadas e ocorrência de perda quando há mudanças abruptas de mercado, acompanhando movimentos das ações e dos juros com intensidade mais moderada”.

Os rendimentos são tributados pelo IR com alíquotas que variam de 22,5% a 15% dependendo do prazo de aplicação.

2.3.4 Tesouro Direto

Em janeiro de 2002 foi implantado o Tesouro Direto, um programa criado pelo Tesouro Nacional, com o suporte técnico e operacional da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas pela *internet*.

Os objetivos do programa é divulgar e democratizar o acesso para investimentos em títulos públicos, bem como incentivar a formação de poupança em longo prazo.

Para Assaf Neto (2003, p. 109), “os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional estão voltados para a execução da política fiscal do Governo, antecipando receitas orçamentárias ou financiando déficits fiscais”.

É um investimento de baixo custo e risco, que garante uma rentabilidade alta em relação a outros tipos de aplicação de renda fixa. Esses títulos apresentam uma taxa de administração e custódia baixa, e são tributados somente no momento da venda ou vencimento (resgate). A liquidez desses investimentos é garantida pelo Tesouro Nacional por meio da recompra semanal.

Para adquirir títulos públicos é necessário residir no território brasileiro, ter inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e possuir conta em uma instituição financeira. O próximo passo é o cadastro junto a uma Agência de Custódia habilitada, conforme lista disponível no *site* do Tesouro Nacional, para obtenção de uma senha provisória que permite realizar compra de títulos diretamente.

Os títulos são ofertados em frações 0,2 título, esta é a quantidade mínima a ser comprada, e limite máximo de R\$ 400.000,00.

Têm incidência de IR sobre os rendimentos, no resgate final ou liquidação antecipada conforme alíquotas abaixo:

- 22,5% - Aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% - Aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% - Aplicações com prazo de 361 até 720 dias e
- 15% - Aplicações com prazo acima de 720 dias.

São cobrados ainda a CPMF e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nos investimentos de prazo inferior a 30 dias.

Existem vários tipos de títulos públicos com rendimentos prefixados e pós-fixados, a curto e longo prazo e indexados por índices diferentes. A escolha do título fica a critério de cada pessoa, dos quais os principais são:

a) Letra do Tesouro Nacional (LTN) - título de rentabilidade prefixada no momento da compra. As LTN são negociadas com deságio (desconto), o investidor paga uma quantia inferior ao valor de face.

Macedo Junior (2007, p. 119), esclarece,

as LTN são lançadas sempre tendo R\$ 1 mil como valor de face, que é o valor que o Tesouro pagará por esse título em data futura. Então, se você comprar um LTN 010109 saberá que, no dia 1 de janeiro de 2009, receberá do Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 mil.

Isso quer dizer que o investidor pagará pela LTN um valor inferior a R\$ 1.000,00, dessa forma o Tesouro Nacional garante uma taxa de juros ao investidor, a diferença entre o valor futuro e valor de compra é o chamado deságio.

São recomendadas para as pessoas que pretendem investir suas economias com objetivos de curto prazo.

b) Letra Financeira do Tesouro (LFT) - título de rentabilidade diária definida pela taxa SELIC. O investidor receberá no resgate, o valor nominal acrescido do respectivo rendimento.

As LFT segundo especialistas são indicadas para os investidores conservadores, avessos a aplicações com muitas variações.

c) **Nota do Tesouro Nacional (NTN)** - título exclusivamente sob a forma escritural, possuindo diversas séries, cada qual com um índice de atualização próprio, Índice Geral dos Preços do Mercado (IGP-M), dólar, TR etc.

- **NTN-B** - título com rentabilidade vinculada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), acrescida de juros definidos no momento da compra. Os juros são pagos semestralmente e o principal no vencimento. São indicadas para investidores com objetivos de médio ou longo prazo.
- **NTN-B Principal** - título de rentabilidade vinculada à variação do IPCA, e juros definidos no momento da compra. Acumulam o rendimento e pagam os juros e o principal no vencimento. Indicadas para investimentos de longo prazo.
- **NTN-F** - título com rentabilidade prefixada, acrescida de juros definidos no momento da compra. Semestralmente são pagos juros proporcionais a 10% ao ano, e no vencimento o principal. São lançadas com o valor de face de R\$ 1.000,00.
- **NTN-C** – título com rentabilidade vinculada à variação do IGP-M, acrescida de juros definidos no momento da compra. Semestralmente são pagos juros e no vencimento o principal.

2.3.5 Ações

Ações são papéis que fazem com que uma pessoa seja acionista de uma empresa e participe dos resultados da mesma. Elas representam o capital social de uma entidade, sua liquidez é imediata, podendo ser convertidas em dinheiro a qualquer momento.

Uma ação representa a menor parcela do capital de uma empresa. O detentor de ações é um proprietário da companhia, possuindo o direito à participação nos dividendos distribuídos na proporção das ações que detém.

Cerbasi (2003, p. 135), conceitua ações como “participações nos resultados das empresas, que distribuem dividendos (parte de seus resultados) quando ocorrem lucros.”

Por serem objeto de negociação diária em Bolsa de Valores, os preços das ações podem aumentar ou diminuir. As Ações podem ser Ordinárias ou Preferenciais:

As Ações Ordinárias (ON) são aquelas que conferem ao seu titular o direito de voto na Assembléia Geral dos Acionistas. Cada ON dá direito a um voto. No Brasil, a detenção de mais de 50% do total das ações desse tipo dá ao acionista o controle da companhia, podendo eleger diretores e decidir o destino da empresa.

As Ações Preferenciais (PN) são aquelas que não conferem direito a voto, entretanto têm prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital. Geralmente tem maior liquidez no mercado.

As ações também podem ser diferenciadas por classes: A, B, C ou alguma outra letra que apareça após o “ON” ou o “PN”. As características de cada classe são estabelecidas pela empresa emissora da ação, em seu estatuto social.

Os ganhos oferecidos aos detentores de ações são gerados por resultados da empresa e resultados do mercado.

Como resultados da empresa temos: dividendos, juros sobre o capital próprio, bonificação, alteração no valor nominal da ação e subscrição.

Dividendo é a parcela do lucro distribuído aos seus acionistas, pago em dinheiro. Nas sociedades anônimas, no mínimo 25% do lucro líquido da empresa são obrigatoriamente distribuídos, na proporção das ações possuídas. Esse rendimento não é tributado pelo IR.

Juros sobre o capital próprio substituem os dividendos, com a vantagem de serem dedutíveis do lucro tributável da empresa. São pagos em dinheiro e tributados pelo IR na fonte à alíquota de 15% sobre o valor recebido.

Bonificação são ações novas distribuídas aos acionistas em número proporcional às já possuídas quando a empresa aumenta o capital com reservas e/ou lucros acumulados.

Há alteração no valor nominal da ação, quando a empresa aumenta o capital com reservas e/ou lucros acumulados sem alterar o número de ações do capital social. Neste caso, o valor nominal das ações é aumentado.

Subscrição é o direito de aquisição de novas ações pelos acionistas, na proporção das já possuídas, quando a empresa aumenta o capital com emissão de novas ações. Geralmente os acionistas que já possuem ações podem adquirir as novas ações por um preço inferior ao da Bolsa de Valores.

Como resultado do mercado, temos o ganho de capital, que é o resultado obtido na venda de ações (preço de venda menos o custo de aquisição).

O ganho de capital é tributado atualmente à alíquota de 10% de IR como ganho de renda variável.

O ganho de renda variável é calculado da seguinte forma:

$$PV - CA - CT, \text{ onde:}$$

PV = preço de venda;

CA = custo de aquisição;

CT = custos da transação (corretagem, taxas, e emolumentos).

O acionista da companhia possui uma fatia do futuro da empresa. Assim, uma ação representa um ativo real, lastreado pelo patrimônio da empresa. Se a empresa tiver lucro, ou aumentar sua participação no mercado, mais investidores estarão interessados em comprar suas ações, o que elevará os preços. Se a empresa tiver prejuízo, o preço das ações pode cair.

As ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Para se investir deve-se contratar uma corretora de valores autorizada pela mesma, para que esta gerencie suas ações. Outra opção é participar de um fundo de ações ou um clube de investimentos.

No primeiro, um banco ou uma corretora gerenciam sua carteira de ações, em patrimônio aplicado por várias pessoas. No segundo a pessoa participa de um clube de pessoas que se agrupam e tomam as decisões referentes à gestão da carteira de ações, também por intermédio de uma corretora.

Para Macedo Junior (2007, p. 105), “a principal vantagem de se aderir a um clube de investimentos é o aspecto do aprendizado que ele pode gerar. Os bons clubes são aqueles em que os participantes tomam parte nas discussões e decisões de investimentos. Quando a gestão é terceirizada, o aspecto de aprendizagem é comprometido”.

Hoje com a *internet*, investir na Bolsa de Valores ficou muito mais fácil. Todas as informações relacionadas com o mercado financeiro constam no *site* da BOVESPA e outros *sites* especializados no assunto. Informações sobre a estrutura e organização da BOVESPA, demonstrações e relatórios contábeis das empresas, corretoras autorizadas, índices financeiros, cotações, dicas para iniciar o investimento em ações e uma série de informações sobre o mercado de capitais.

É possível comprar e vender ações, através do sistema chamado *homebroker* que permite a negociação de ações via *internet* por estar interligado ao sistema de negociações da BOVESPA, para isso é necessário que a corretora disponibilize o sistema.

Investir em ações é uma ótima opção para os investidores que procuram investimentos no longo prazo, pois apresentam os melhores resultados de rentabilidade em aplicações no mercado.

2.3.6 Imóveis

Imóveis são o mais tradicional dos investimentos. Investir em imóveis pode ser um bom negócio, desde que o investidor conheça o mercado imobiliário ou tenha a assessoria de um especialista no assunto.

Luquet (2007, p. 27), alerta,

quando se investe em imóveis, é preciso ficar atento às grandes tendências do mercado imobiliário e observar o que está acontecendo com o perfil do bairro onde se localiza seu imóvel. Esse é um fator que pode valorizar ou depreciar seu imóvel, o que causa um impacto diretamente em seu retorno, e em geral as mudanças ocorrem em longo prazo.

Para quem pretende comprar imóveis para alugar deve analisar o tipo de imóvel a ser comprado, sua localização, se o imóvel está livre de ônus, se não está em litígio entre herdeiros, se está devidamente registrado no Registro de Imóveis e se está com todos os impostos e taxas de condomínio pagas.

Outra questão a ser considerada é o custo de manutenção do imóvel como condomínio, IPTU, no caso do imóvel ficar desocupado, o proprietário que pagará essas despesas.

2.4 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Segundo os boletins estatísticos dos últimos anos da Previdência Social (2007), o sistema de previdência público vem apresentando constante déficit orçamentário, pois as contribuições dos trabalhadores da ativa não estão sendo suficientes para suprir as despesas geradas pelos inativos.

O aumento da expectativa de vida do brasileiro, a fixação de teto máximo de remuneração dos aposentados e a situação da Previdência Social que tem apresentado

freqüentes rombos orçamentários no final de cada ano, fizeram com que a sociedade procure alternativas para garantir, no momento de sua aposentadoria a manutenção do seu padrão de vida.

Os planos de aposentadoria complementar, Fundos de Pensão ou Fundos de Previdência Privada tornaram-se boas alternativas para serem somadas à aposentadoria oficial, permitindo ao indivíduo aumentar suas receitas e garantir estabilidade financeira futura.

Conforme Macedo Junior (2007, p. 96), “os fundos de previdência também são um tipo de investimento, com a diferença de que seus recursos destinam-se especificamente à acumulação de renda para a aposentadoria.”

Existem atualmente dois tipos básicos de previdência privada, os planos fechados e os planos abertos.

Os planos de previdência fechados são organizados por empresas, sindicatos ou associações de classe, atendem apenas ao grupo pertencente à categoria. São chamados de Fundos de Pensão, onde a empresa normalmente entra com uma parte da contribuição e o funcionário entra com a outra parte, com contribuições variáveis, dependendo do valor com que ele pretende se aposentar.

Já os planos abertos são oferecidos por entidades de previdência complementar e companhias seguradoras, disponíveis para qualquer pessoa que tiver interesse nessa opção de investimento.

Cerbasi (2003, p.137), conceitua plano de previdência privada como sendo,

o planejamento financeiro em sua essência, porém administrado por uma instituição financeira. Contrata-se um administrador para captar seus recursos de forma planejada e, a partir de determinada data, obter direito a uma renda, na maioria dos casos, perpétua e vinculada a um seguro de vida.

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (2007) indica que, até o ano de 2010, aproximadamente mais da metade da população brasileira estará vinculada a alguma entidade de previdência privada, com o intuito de complementar a aposentadoria. Diante disto, a constituição de fundos de reservas por parte dos trabalhadores está se tornando tão comum quanto à própria Previdência Social.

A seguir apresentam-se os modelos de planos de previdência disponíveis atualmente: Fundos de Pensões, Fundo de Aposentadoria Programável Individual (FAFI), Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e o Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL).

2.4.1 Fundos de Pensão

Com o objetivo de oferecer aos seus funcionários a oportunidade de ter proventos maiores do que teria caso recebesse somente o benefício da Previdência Social, algumas empresas patrocinam uma parte da parcela do fundo de pensão de seus funcionários.

Os Fundos de Pensão são uma opção de previdência complementar fechada.

Para Fortuna (2004, p. 418), “a empresa constitui um fundo de pensão para o qual contribuem a própria empresa e seus funcionários. Portanto, não é aberto à participação de outras pessoas e tem características diferentes de uma empresa para outra.”

O funcionário pode ou não participar com contribuições voluntárias nos planos de aposentadoria. A empresa deverá sempre contribuir com um mínimo de 30% do total do patrimônio.

A legislação determina que as empresas estatais não poderão repassar mais recolhimentos do que os funcionários, para cada um real pago pelo fundo, o funcionário deverá contribuir no mínimo com um real.

O gestor do plano não é a entidade patrocinadora, mas um profissional ou uma equipe técnica contratada para administrar os recursos arrecadados, com o objetivo de acumular receita suficiente para pagar a aposentadoria dos participantes.

Os recursos do fundo poderão ser aplicados em títulos de renda fixa, títulos públicos, ações e fundos de ações, imóveis e fundos imobiliários, obedecendo aos limites máximos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB) e entidades fiscalizadoras e normatizadoras.

Para Frankenberg (1999, p. 269), “o fundo deve investir em todos os setores da economia, para dar a máxima segurança possível aos participantes.”

O funcionário poderá optar em receber integralmente em dinheiro sua parte acumulada, ou obter uma renda vitalícia mensal.

Além da participação da empresa na formação do capital do fundo, mais uma vantagem para o funcionário é a dedução de 12% do IR sobre a renda tributável.

2.4.2 Fundo de Aposentadoria Programável Individual (FAFI)

O FAFI foi instituído por meio da Lei n 9.477/97, como o próprio nome diz, é uma aposentadoria programada, a pessoa deposita periodicamente, uma importância para

resgatar no futuro. Tem como objetivo constituir um plano de complementação da aposentadoria básica. Seu público alvo são as pessoas que não dispõem de Fundos de Pensão.

O participante do FAFI poderá ou não contribuir mensalmente, ficando ao seu critério e disponibilidade financeira.

Gerido por instituições financeiras ou seguradoras autorizadas pela SUSEP e fiscalizadas pelo BCB e CVM.

As aplicações do FAFI poderão ser feitas em diversos investimentos, como títulos públicos, títulos de renda fixa e títulos de renda variável, dentro dos limites máximos estipulados.

Conforme Frankenberg (1999, p. 278),

a forma de aplicação através dos FAFI é particularmente interessante para aqueles que desejam um retorno para o dinheiro diretamente relacionado com as oscilações do mercado financeiro ou de ações. O perfil de risco do investidor deve determinar em que tipo de plano deseja participar.

O FAFI é isento de IOF nos saques, desde que a conta seja mantida por um período mínimo de um ano. Nas cotas sacadas antes desse prazo há incidência de IOF. Nos casos de saques por morte ou invalidez do investidor, os recursos podem ser liberados.

As contribuições do FAFI podem ser abatidas do IR, em até 12% da renda bruta. As contribuições efetuadas por pessoa jurídica, em benefícios de funcionários, podem ser abatidas do lucro tributável.

As cotas do FAFI pagam IR de 20% sobre os ganhos de capital, e também no momento do saque do capital acumulado em 27,5% sobre o valor resgatado, sendo desta forma bi-tributado.

Os participantes poderão de seis em seis meses trocar de administradores sem pagar multa, IR e IOF. Em caso de interrupção das contribuições, o participante não perde o patrimônio, podendo voltar a fazer contribuições posteriormente.

2.4.3 Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL)

Este plano funciona de forma similar a um fundo de investimento. Sua finalidade é o de conceder benefícios previdenciários, pagável em uma única vez ou sob a forma de renda, as pessoas físicas vinculadas ou não a uma pessoa jurídica. O investidor pode sacar sua reserva quando desejar.

Para Fortuna (2004, p. 413), “o PGBL é mais uma alternativa de complementação de aposentadoria, do objetivo de alongamento do peso das aplicações geradoras do crescimento de poupança interna.”

Frankenberg (1999, p. 279), complementa “esses planos podem variar em valor e tempo de contribuição, e foram os mais recentes planos criados e regulamentados pela SUSEP.”

As contribuições podem ser fixas ou variáveis, o investidor escolhe a periodicidade e o valor de contribuição, podendo até mesmo suspender as contribuições durante um período, sem perda de rendimento.

O investidor poderá transferir o seu plano para outra instituição financeira ou seguradora após um prazo de carência de 60 dias a partir da data do primeiro depósito.

Existem três modalidades de PGBL, que variam de acordo com a distribuição dos investimentos e dos riscos envolvidos:

a) PGBL Soberano – ligado a um fundo que aplica 100% dos recursos em títulos de renda fixa do governo federal, onde o risco é próximo de zero.

b) PGBL Renda Fixa – que aplica 100% em títulos de renda fixa, que podem ser públicos ou privados.

c) PGBL Composto – pode aplicar até 49% dos recursos em renda variável, basicamente em ações, o potencial de ganho aumenta, mas o risco é bem maior.

A vantagem do PGBL é que ele permite abater o total das suas contribuições da base de cálculo do IR, até o limite de 12% de sua renda bruta. Entretanto, quando fizer o resgate, haverá incidência de IR, sobre o valor total resgatado.

Para manutenção do plano são cobradas algumas taxas como a administrativa e de carregamento.

A taxa administrativa é uma remuneração pela gestão da carteira do fundo do investimento, é cobrada sobre o patrimônio do fundo para cobrir despesas do fundo como a emissão de extratos e os resgates, ela varia entre 1,5% a 5% ao ano.

Já a taxa de carregamento serve para cobrir os custos como a venda dos planos e envio de documentos obrigatórios, é cobrada no ato da aplicação e oscila entre 1% a 5% sobre o valor aplicado, ou seja, se for aplicada uma taxa de carregamento de 1%, a cada R\$ 1,00 contribuído ao plano, apenas R\$ 0,99 será investido, a outra parte será usada para arcar com os custos da empresa.

O investimento em um PGBL trará benefício ao investidor a médio e longo prazo podendo converter seu plano em renda vitalícia mensal ou renda durante um determinado período de anos.

2.4.4 Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL)

Muito parecido com o PGBL, foi lançado em julho de 2001. Também se parece com um fundo de investimento convencional, e não possui garantia de remuneração mínima, podendo ter retorno positivo ou negativo.

O investidor aplica regularmente agora para sacar o dinheiro no futuro, complementando a aposentadoria que receberá da Previdência Social.

Os recursos podem ser resgatados em parte ou na sua totalidade, após um período de carência mínimo que varia de dois meses a dois anos, dependendo do administrador.

Assim como no PGBL, são cobradas taxas para manutenção do plano. Sobre o patrimônio do fundo é cobrada a taxa administrativa para cobrir as despesas do fundo, e no ato da aplicação é cobrada a taxa de carregamento para cobrir os custos do plano. As taxas variam entre 1% a 5%.

Características	PGBL	VGBL
Público-alvo	Pessoas físicas que declaram IR no Formulário Completo	Pessoas físicas isentas do IR ou que declaram no formulário simplificado; Investidores que querem fazer aplicações em longo prazo; Investidores que já tem um PGBL
Dedução de até 12% na Renda Bruta	Sim	Não
Garantia de Rentabilidade	Não	Não
Repasso do Excedente Financeiro	100% da rentabilidade vai para o Participante	100% da rentabilidade vai para o Participante
Administração dos Ativos	Através de Fundos de Investimento	Através de Fundos de Investimento
Taxa de Administração dos Recursos	Taxa anual cobrada sobre o total do fundo	Taxa anual cobrada sobre o total do fundo
Taxa de Carregamento	Taxa cobrada sobre cada valor mensal ou contribuição	Taxa cobrada sobre cada valor mensal ou contribuição
Carência para Resgate ou Transferência	De 60 dias até 24 meses dependendo do administrador	De 60 dias até 24 meses dependendo do administrador
Coberturas	Benefícios de Renda e de Risco (Pensão por Morte e invalidez) dependendo do Administrador	Benefícios de Renda e de Risco (Pensão por Morte e invalidez) dependendo do Administrador
Tributação no Resgate	Tabela progressiva (de 15% a 27,5%) ou Regressiva (de 35% a 10% conforme o prazo de aplicação) Incide sobre o valor total resgatado.	Igual ao PGBL, sendo que a alíquota incide sobre a parcela de rendimento no período de acumulação.

Fonte: Adaptado de Macedo Jr. (2007, p. 97).

Quadro 5 - Resumo dos Planos de Previdência PGBL e VGBL.

Conforme o Quadro 5, a principal diferença entre o PGBL e o VGBL, é que as contribuições para o VGBL não podem ser abatidas do IR. Em compensação, no resgate o IR incide somente sobre o ganho de capital.

Macedo Junior (2007, p. 96), alerta,

como as aplicações de fundos de previdência normalmente são feitas a prazos muito longos, os custos são extremamente importantes. Em alguns fundos, o valor das taxas pode significar custos de mais de 30% de toda a poupança acumulada em períodos superiores a 20 anos.”

Sugere-se que o investidor analise detalhadamente qual plano de previdência irá contratar, escolhendo conforme seu perfil de riscos e custos cobrados pelos administradores.

2.4.5 Planos de Previdência PGBL/VGBL comparados a Outros Investimentos Financeiros

Na Tabela 3, apresenta-se um comparativo dos planos de previdência PGBL e VGBL com outros investimentos financeiros.

Os dados do PGBL/VGBL foram simulados no *site* Banco do Brasil (BB). A simulação foi feita para uma pessoa do sexo masculino, com 30 anos, pretendendo se aposentar aos 65 anos, e valor mensal de R\$ 500,00.

Observações com relação aos valores apresentados.

Plano PGBL/VGBL do BB:

- a taxa de carregamento inicial para esta simulação foi de 3,50%, sendo que a mesma varia de acordo com o valor mensal, do tempo de permanência no plano e do montante acumulado, conforme regra estabelecida nas notas explicativas e nos regulamentos dos planos.
- na hipótese de resgates ou recebimento de renda, haverá incidência de IR de acordo com a sua opção de tributação e conforme legislação vigente à época do recebimento.
- os cálculos, projeções e hipóteses financeiras apresentadas são meras estimativas, não se constituindo em garantia ou obrigação da Brasilprev Seguros e Previdência S/A.

- esta simulação é válida apenas para o mês corrente indicado na data de sua realização: 11/11/2007. Foi utilizada a tábua biométrica AT 2000.

Investimentos e Planos PGBL/VGBL:

- nas simulações não foram considerados o IR, a inflação e demais taxas.
- a renda vitalícia foi prevista para 14,58 anos.

Tabela 3 - Comparativo de Simulação de PGBL/VGBL e Outros Investimentos

PRODUTO	Taxa de juros de 6% a.a		Taxa de juros de 12% a.a	
	Renda vitalícia	Acumulado	Renda vitalícia	Acumulado
PGBL/VGBL	3.854,59	674.158,33	15.304,96	2.676.804,04
INVESTIMENTOS	4.111,55	712.355,15	18.558,99	3.215.479,74
DIFERENÇA	256,96	38.196,82	3.254,03	538.675,70

Os valores apurados na Tabela 3 demonstram que investimentos constantes, mesmo em títulos de renda fixa, com taxa de juros de 6% ou 12% a.a, rendem mais do que um plano de previdência privada, por ter um custo de aplicação elevado.

3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA PRÁTICA

3.1 PERFIL E OBJETIVOS

José Silva tem 30 anos, solteiro, divide apartamento com amigos no bairro de Campinas em São José/SC; formado em Administração, trabalha em uma empresa de consultoria, sua renda mensal líquida atual é de R\$ 2.500,00.

Nos últimos três anos, com o objetivo de fazer uma reserva, acumulou o montante de R\$ 10.000,00, que estão na caderneta de poupança.

Possui um automóvel Ford KA, MPI GL, 2 portas, Ano 2003, a gasolina, básico.

Objetivos de José Silva:

- Médio prazo: Em até 6 anos trocar o carro que estará com 10 anos de uso.
- Longo prazo: Entre 10 e 20 anos comprar um apartamento na praia.
- Longo prazo: Fazer uma reserva para a aposentadoria. Pretende se aposentar aos 65 anos com uma renda vitalícia mensal de R\$ 5.000,00.

Não pretende se casar ou ter filhos, ao se aposentar pretende morar na praia, fazer duas viagens ao ano e ter um negócio próprio relacionado ao surf.

3.2 DEMONSTRATIVOS

Foi solicitado ao José Silva o preenchimento do Mapa de Controle de Gastos, conforme demonstrado na Tabela 4, identificando detalhadamente seus gastos, para posterior análise e identificação de possíveis reduções nos gastos mensais.

Tabela 4 - Mapa de Controle de Gastos (Outubro de 2007).

CONTROLE DE GASTOS – OUTUBRO DE 2007				
DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL (RS)	PARTICIPAÇÃO %	REDUÇÕES (RS)	VALOR AJUSTADO (RS)
Habitação	706,80	37,74%	0,00	706,80
Aluguel/Prestação	267,00	14,26%	0,00	267,00
IPTU e taxas	5,00	0,27%	0,00	5,00
Condomínio	60,00	3,20%	0,00	60,00
Energia elétrica	17,00	0,91%	0,00	17,00
Telefone fixo	12,80	0,68%	0,00	12,80
Telefone celular	60,00	3,20%	0,00	60,00
Internet	13,00	0,69%	0,00	13,00
TV a cabo	16,00	0,85%	0,00	16,00
Faxineira	26,00	1,39%	0,00	26,00
Alimentação/Supermercado	200,00	10,68%	0,00	200,00
Feira/Padaria	30,00	1,60%	0,00	30,00
Saúde	72,00	3,84%	0,00	72,00
Plano de Saúde	57,00	3,04%	0,00	57,00
Dentistas	0,00	0,00%	0,00	0,00
Farmácia	15,00	0,80%	0,00	15,00
Transporte	364,00	19,44%	0,00	364,00
IPVA e seguro obrigatório	0,00	0,00%	0,00	0,00
Seguros e Multas	139,00	7,42%	0,00	139,00
Combustível	200,00	10,68%	0,00	200,00
Lavação	20,00	1,07%	0,00	20,00
Garagem/Estacionamento	5,00	0,27%	0,00	5,00
Manutenção e conservação	0,00	0,00%	0,00	0,00
Outros (ônibus, trem, metrô)	0,00	0,00%	0,00	0,00
Despesas Pessoais	190,00	10,15%	0,00	190,00
Cabelereiro	20,00	1,07%	0,00	20,00
Vestuário	100,00	5,34%	0,00	100,00
Academia/esportes	70,00	3,74%	0,00	70,00
Educação	200,00	10,68%	0,00	200,00
Mensalidades Universidade/Escola	200,00	10,68%	0,00	200,00
Cursos (idiomas, computação, etc)	0,00	0,00%	0,00	0,00
Material escolar (cadernos, xerox, etc)	0,00	0,00%	0,00	0,00
Lazer	270,00	14,42%	0,00	270,00
Teatro, bares e baladas	120,00	6,41%	0,00	120,00
Restaurantes e cafés	100,00	5,34%	0,00	100,00
Locadora de vídeos	0,00	0,00%	0,00	0,00
Livraria (jornais, revistas, livros)	30,00	1,60%	0,00	30,00
CDs, DVs,	20,00	1,07%	0,00	20,00
Passeios	0,00	0,00%	0,00	0,00
Passagens e Hospedagens	0,00	0,00%	0,00	0,00
Outros	70,00	3,74%	0,00	70,00
Doações	0,00	0,00%	0,00	0,00
Tarifas bancárias e CPMF	10,00	0,53%	0,00	10,00
Presentes	30,00	1,60%	0,00	30,00
Reserva p/ viagens/férias	0,00	0,00%	0,00	0,00
Extras	30,00	1,60%	0,00	30,00
TOTAL DOS GASTOS	1.872,80	100,00%	0,00	1.872,80

Fonte: Adaptado de Segundo Filho (2003, p. 61).

O Mapa de Controle de Gastos demonstrou um equilíbrio na participação de cada despesa, sendo desnecessário no momento um controle maior ou redução de gastos. O mapa servirá de base para a projeção dos desembolsos mensais do Fluxo de Caixa.

O Fluxo de Caixa foi projetado para os meses de outubro de 2007 a setembro de 2008, considerando seus projetos e possíveis eventualidades mês a mês, descritos abaixo:

a) Receitas

- salários - previsto com o valor líquido atual, sem previsão de aumento.
- 13º Salário – considerado o valor líquido e recebimento parcelado em novembro e dezembro de 2007.
- não foram previstas receitas com férias, pois não foi definido com a empresa. E receitas extras, pois não tem previsão de nenhum recebimento dessa natureza.

b) Despesas

- habitação - estimado pelo valor gasto atualmente, sem previsão de aumentos.
- saúde - valores fixos com plano de saúde da empresa, e despesa com farmácia. Nos meses de janeiro e julho de 2008 foram previstos gastos com dentista.
- transporte - nos meses de outubro de 2007 a fevereiro de 2008, pagamento do seguro total do automóvel, de julho a setembro de 2008, previsto o pagamento do IPVA e seguro obrigatório. Nos meses de dezembro de 2007 e junho de 2008, previsão de gasto com a revisão do automóvel. Os gastos com combustíveis e lubrificantes, lavagem, garagem e estacionamento, foram considerados valores fixos.
- despesas pessoais - valores fixos atuais com cabeleireiro, vestuário e academia.
- educação - considerado o valor fixo da mensalidade do curso de pós-graduação, e a partir de março de 2008 a mensalidade de um curso de idiomas.
- lazer - nos meses de dezembro de 2007, abril e setembro de 2008, previsão de passeios e viagens curtas. As demais despesas com lazer (cinema, baladas, restaurantes, cafés, livrarias e CDs/DVDs) foi considerado os valores atuais.
- extras - tarifas bancárias e extras foram mantidos os valores atuais. Nos meses de outubro e novembro de 2007, junho, agosto e setembro de 2008, previsão de gastos com presentes.

Tabela 5 - Fluxo de Caixa (período de outubro de 2007 a setembro de 2008).

FLUXO DE CAIXA													Em R\$
DESCRIÇÃO	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL
1. INGRESSOS	2.500,00	3.750,00	3.750,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	32.500,00
Salários	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
13º Salário	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
1/3 Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. DESEMBOLSOS	1.872,80	2.142,80	2.214,80	1.942,80	1.842,80	1.815,80	1.943,80	1.793,80	2.025,80	2.049,80	2.039,80	2.181,80	23.866,60
Habitação	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	706,80	8.481,60
Saúde	72,00	72,00	72,00	172,00	72,00	72,00	72,00	72,00	72,00	142,00	72,00	72,00	1.034,00
Transporte	364,00	364,00	514,00	364,00	364,00	225,00	225,00	225,00	375,00	411,00	411,00	411,00	4.253,00
Despesas pessoais	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	2.280,00
Educação	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	290,00	3.030,00
Lazer	270,00	270,00	470,00	270,00	270,00	270,00	420,00	270,00	270,00	270,00	270,00	420,00	3.740,00
Outros	70,00	340,00	62,00	40,00	40,00	62,00	40,00	40,00	122,00	40,00	100,00	92,00	1.048,00
3. DIFERENÇA DO PERÍODO (1-2)	627,20	1.607,20	1.535,20	557,20	657,20	684,20	556,20	706,20	474,20	450,20	460,20	318,20	8.633,40
4. SALDO MÊS ANTERIOR	80,00	707,20	64,40	99,60	46,80	44,00	38,20	44,40	40,60	44,80	45,00	45,20	80,00
5. DISPONIBILIDADE ACUMULADA (3+4)	707,20	2.314,40	1.599,60	656,80	704,00	728,20	594,40	750,60	514,80	495,00	505,20	363,40	8.713,40
6. EMPRÉSTIMOS CAPTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. APLICAÇÕES EM RENDA VARIÁVEL	0,00	2.250,00	1.400,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	550,00	8.600,00
8. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9. RESGATE DE APLICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	100,00	90,00	230,00	500,00
10. APLICAÇÃO EM RENDA FIXA	0,00	0,00	100,00	60,00	110,00	140,00	0,00	160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00
11. SALDO FINAL DE CAIXA	707,20	64,40	99,60	46,80	44,00	38,20	44,40	40,60	44,80	45,00	45,20	43,40	43,40

Fonte: Adaptado de Zdanowicz (2004, p. 145).

Dando seqüência ao planejamento financeiro, foi apurado o Balanço Patrimonial em 31/10/2007, para determinar o Patrimônio Líquido atual de José Silva.

Tabela 6 - Balanço Patrimonial em 31/10/2007.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/10/07			
ATIVO (bens e direitos)	R\$	PASSIVO (obrigações e dívidas)	R\$
Ativo de curto prazo	10.707,20	Passivo de curto prazo	0,00
Dinheiro	45,00	Cartão de crédito	0,00
Conta corrente	662,20	Dívidas com lojas	0,00
Caderneta de Poupança	10.000,00	Empréstimo bancário	0,00
Fundo de Renda Fixa	0,00	Impostos e taxas a pagar	0,00
Títulos Públicos	0,00	Prestações do apartamento	0,00
Ações de Empresas	0,00	Financiamento automóvel	0,00
Ativo de longo prazo	1.440,00	Passivo de longo prazo	0,00
Fundo de pensão	0,00	Financiamento automóvel	0,00
Planos de Previdência	0,00	Prestações do apartamento	0,00
FGTS	1.440,00		
Ativo permanente	19.600,00	Sub total	0,00
Móveis e equipamentos	600,00		
Imóveis	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (riqueza)	
Automóvel	19.000,00	Ativo - Passivo	31.747,20
TOTAL	31.747,20	TOTAL	31.747,20

Fonte: Adaptado de Halfeld (2001, p. 113).

Foram considerados o valor de mercado dos bens móveis e equipamentos, e do automóvel classificados no Ativo Permanente.

Os demonstrativos mostram que José Silva administra bem suas receitas, controlando seus gastos, evitando contrair dívidas e o pagamento de juros.

Analisando os dados apresentados, temos:

Índice de Liquidez = ótimo.
Índice de Cobertura das Despesas = 5,72 meses.
Índice de Endividamento = 0.
Índice de Poupança = 28%

Quadro 6 – Análise dos Demonstrativos

3.3 INVESTIMENTOS

Diante dos resultados apresentados, foram feitas sugestões e simulações de investimentos para que José Silva atinja seus objetivos financeiros.

Aplicar os R\$ 10.000,00 que estão na caderneta de poupança em Títulos do Tesouro Nacional.

Tabela 7 - Simulação de Investimento em Títulos do Tesouro Nacional

TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 0,5% a.m.		
TEMPO	RENDIMENTO (R\$)	ACUMULADO (R\$)
10 anos	8.193,97	18.193,97
15 anos	14.540,94	24.540,94
20 anos	23.102,04	33.102,04
25 anos	34.649,70	44.649,70
TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 1% a.m.		
TEMPO	RENDIMENTO (R\$)	ACUMULADO (R\$)
10 anos	23.003,87	33.003,87
15 anos	49.958,02	59.958,02
20 anos	98.925,54	108.925,54
25 anos	187.884,66	197.884,66

Pode-se verificar na Tabela 7 que os ganhos poderão variar entre R\$ 8.193,97 e R\$ 187.884,66, conforme o tempo e taxa de rentabilidade.

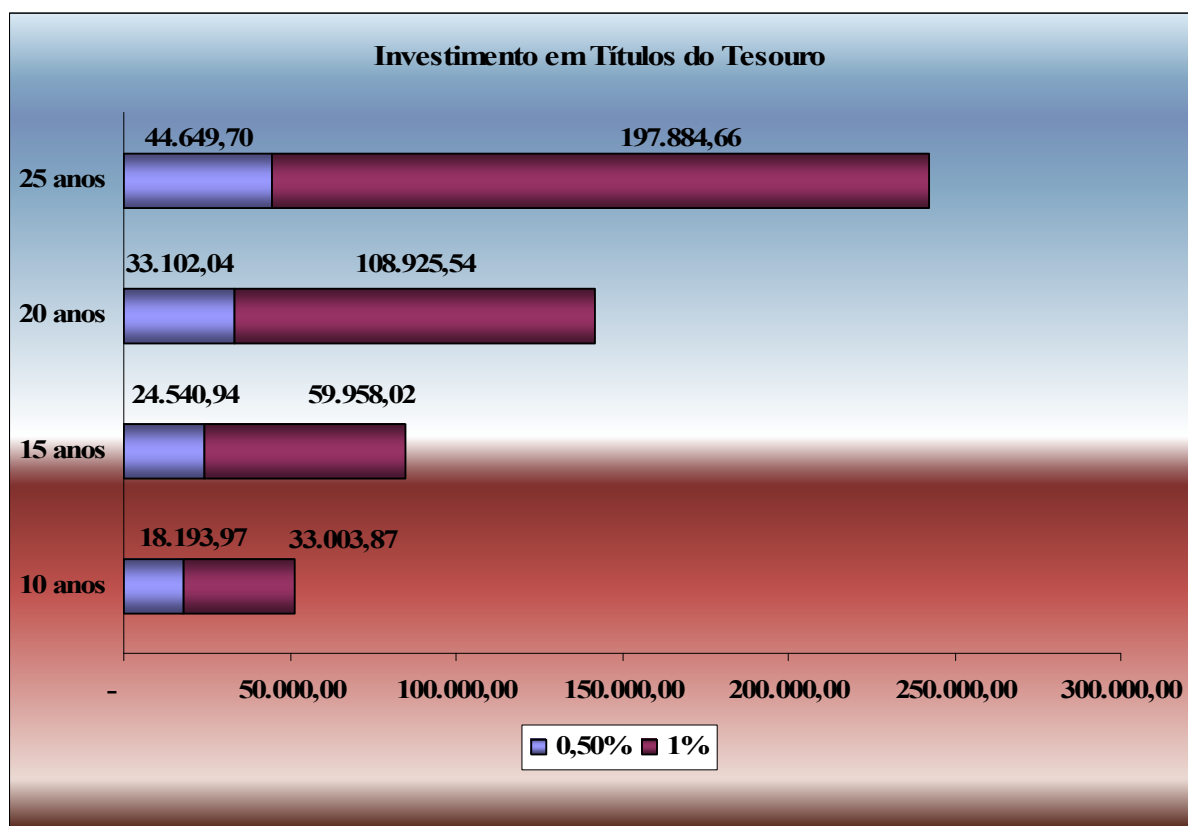


Gráfico 2 - Simulação de Investimento em Títulos do Tesouro Nacional.

Dependendo da localização e do padrão do apartamento que José Silva objetiva comprar para morar, poderá adquirir a partir de 15 anos de aplicação com taxa líquida de juros de 1% a.m., conforme simulação apresentada na Tabela 7. Caso consiga uma rentabilidade ainda maior poderá comprar em menos tempo.

Os valores apurados para aplicações em renda variável, conforme item 7 da Tabela 5, nos meses de novembro e dezembro de 2007, sugere-se que José Silva aplique os R\$ 3.650,00 em Fundo de Ações IBOVESPA.

Tabela 8 - Simulação de Investimento em Fundo de Ações IBOVESPA

TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 0,5%		
TEMPO	RENDIMENTO	ACUMULADO
6 anos	1.576,96	5.226,96
10 anos	2.990,80	6.640,80
TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 1%		
TEMPO	RENDIMENTO	ACUMULADO
6 anos	3.821,91	7.471,91
10 anos	8.396,41	12.046,41
TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 1,2% a.m.		
TEMPO	RENDIMENTO	ACUMULADO
6 anos	4.965,68	8.615,68
10 anos	11.631,56	15.281,56

Aplicando em um Fundo de Ações o risco é maior e a rentabilidade também. Conforme a Tabela 8, conseguindo uma taxa de rendimento entre 1% e 1,2% a.m., José Silva poderá em 6 ou 10 anos trocar seu automóvel, dependendo do modelo e ano escolhido.

Quanto à reserva para a aposentadoria a sugestão é destinar a partir de janeiro de 2008 o valor de R\$ 550,00 por mês para aplicações em Fundos de Ações da Petrobrás ou Vale do Rio Doce.

Tabela 9 - Simulação de Investimento em Fundo de Ações Petrobrás ou Vale do Rio Doce

TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 0,5%	
TEMPO	ACUMULADO
10 anos	90.133,64
15 anos	159.950,29
20 anos	254.122,49

TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 1%	
TEMPO	ACUMULADO
10 anos	126.521,28
15 anos	274.769,11
20 anos	544.090,45

TAXA LÍQUIDA DE JUROS DE 1,5%	
TEMPO	ACUMULADO
10 anos	182.208,50
15 anos	498.093,48
20 anos	1.269.869,90

Na simulação apresentada na Tabela 9, foi estimado o período de tempo de até 20 anos de aplicação, após esse período recomenda-se migrar os investimentos para Títulos do Tesouro Nacional, considerando a relação risco e idade apresentada no Quadro 4.

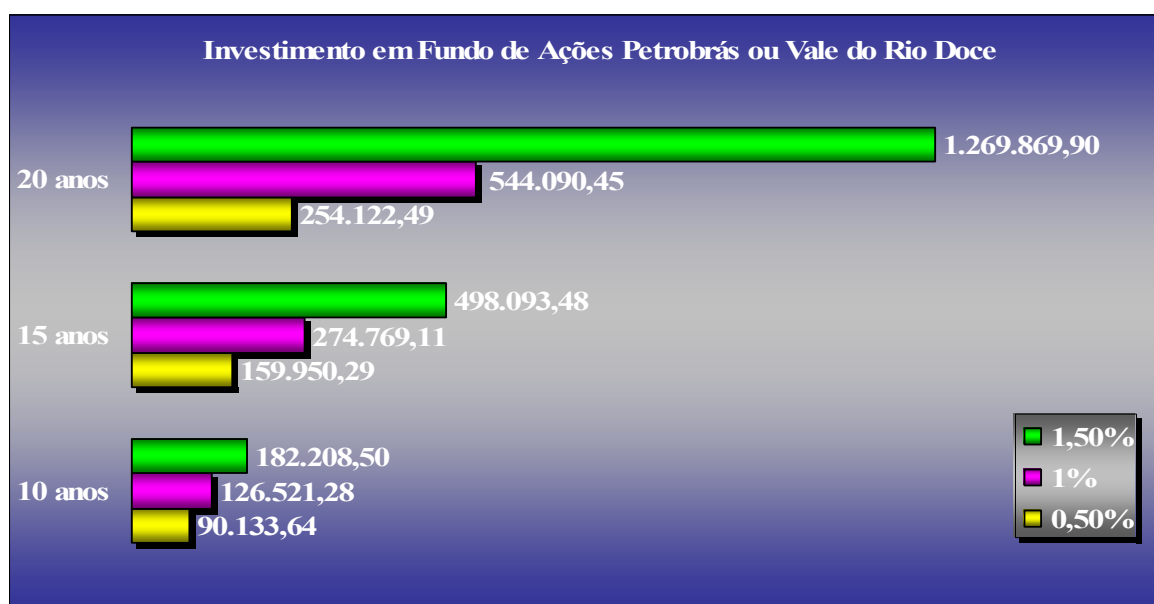


Gráfico 3 – Simulação de Investimento em Fundo de Ações Petrobrás ou Vale do Rio Doce.

Conforme os valores apresentados na simulação da Tabela 9, o objetivo de José Silva da renda vitalícia de R\$ 5.000,00 ao aposentar-se, poderá ser atingido em

20 anos, considerando aplicações mensais de R\$ 550,00 e taxa de juros na média de 1% a 1,5% ao mês.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Por meio do estudo de caso de José Silva percebe-se a importância de ter conhecimentos básicos de receitas, gastos e Balanço Patrimonial, pois o indivíduo não terá condições de saber para onde está indo o seu dinheiro, ou seja, preparar seu planejamento financeiro pessoal.

Identificar as receitas e detalhar os gastos, verificar possíveis cortes de gastos para ajustar o orçamento e fazer com que sobre dinheiro para aplicar. O controle dos gastos é imprescindível para evitar o endividamento e pagamento de juros.

É importante determinar os objetivos, de curto médio e longo prazo, para saber aonde quer chegar e traçar as estratégias para conseguir alcançar os objetivos.

Por meio do planejamento apresentado no caso de José Silva, considerando que ele mantenha o controle de seus gastos e siga o Planejamento Financeiro projetado, conseguirá alcançar seus objetivos (troca do automóvel, compra do apartamento na praia e reserva para a aposentadoria) com tranquilidade.

Para se fazer um bom planejamento é muito importante saber onde investir as suas economias, e para isso é necessário obter conhecimentos do mercado financeiro, conhecer as principais opções de investimentos oferecidas pelo mercado, entender o que cada um significa como funcionam, quais os custos, margem de rentabilidade e os riscos de cada um. Essas informações podem ser adquiridas na agência bancária que se é correntista, em conversa com o gerente, por meio de um consultor financeiro, ou até mesmo pela *internet*.

Outra questão importante é saber simular cálculos de investimentos, e para isso será necessário conhecimentos básicos de matemática financeira como o cálculo dos juros compostos. Dois fatores que não podem ser esquecidos nos cálculos financeiros são a inflação e o IR, que devem ser considerados no cálculo da taxa de juros líquida, para se ter o resultado o mais próximo da realidade possível.

Desde 2005 as regras de tributação para investimentos mudaram, quanto maior for o prazo de aplicação menor a alíquota de IR pago, portanto, antes de aplicar suas economias é importante definir por quanto tempo irá deixar aplicado.

O planejamento financeiro é dinâmico, ou seja, deve ser constantemente revisado, verificando se o mesmo está atendendo suas necessidades e de acordo com seus objetivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Por meio da presente monografia tornou-se possível constatar a importância de se ter um planejamento financeiro pessoal, visando à complementação de renda na aposentadoria. Pois a Previdência Social tem sinalizado que não conseguirá sustentar por muito tempo o pagamento das aposentadorias, transferindo assim a responsabilidade de garantir uma renda vitalícia a cada indivíduo.

Desta forma as pessoas precisam se preparar financeiramente, controlar seus gastos para que no final de cada mês consigam poupar para fazer aplicações e investimentos, garantindo assim uma complementação de renda na aposentadoria.

Diante disto constatou-se que o planejamento financeiro e o controle de gastos são fatores essenciais para se alcançar à independência financeira. Vale ressaltar que o planejamento deve ser dinâmico, ou seja, deve ser constantemente avaliado, verificando se o mesmo está atendendo as expectativas e objetivos iniciais.

A contabilidade por meio do Balanço Patrimonial e do Fluxo de Caixa, que determinam a situação econômico-financeira do indivíduo, demonstrou sua importância no controle e acompanhamento do planejamento financeiro pessoal.

Com relação às opções de investimentos financeiros e de previdência complementar, os objetivos propostos foram alcançados, pois no decorrer do estudo, foram abordados seus conceitos, características e particularidades. Foram apresentados, ainda, cálculos e simulações de aplicações e um comparativo entre planos de previdência e outros investimentos. As simulações demonstraram a importância de cada indivíduo saber investir suas economias, pois fazendo investimentos eficazes terá condições de alcançar seus objetivos com antecedência.

Diante do exposto conclui-se que o planejamento financeiro diz respeito a conhecer a realidade e agir de acordo com esse conhecimento para se conseguir o que se deseja, o planejamento está voltado para o futuro, e o futuro requer uma atenção especial, afinal é para ele que estamos nos preparando a todo o momento.

Ressalta-se que não foi objetivo deste estudo esgotar o tema proposto, nem tampouco explorar definitivamente os diversos aspectos concernentes ao planejamento financeiro pessoal.

Sendo assim, recomenda-se para pesquisas futuras, fazer um estudo comparativo entre os planos de previdência complementar e as principais opções de investimentos financeiros oferecidos no Brasil. Além de abordar profundamente o

mercado financeiro e os reflexos da inflação e do IR nos investimentos. Recomenda-se, ainda, o aperfeiçoamento do planejamento aqui apresentado, bem como a busca por outros métodos para o planejamento e controle das finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

ANBID, Associação Nacional de Bancos de Investimentos. São Paulo. Disponível em: <http://www.anbid.com.br/>. Acesso em: outubro 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BB, Banco do Brasil. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/Principal.asp>> Acesso em: 11 novembro 2007.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL **Decreto n° 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>>. Acesso em: junho 2007.

BRASIL. CMV Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM n° 409, de 18 de agosto de 2004**. Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 30 outubro 2007.

BRUYNE, *et al.* **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>> Acesso em: outubro 2007.

CEF, Caixa Econômica Federal. Disponível em: <<http://www.cef.gov.br/>>. Acesso em: novembro 2007.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro**: os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Editora Gente, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Makron. Books, 1996.

COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos. Brasília. Disponível em: <<http://www.cead.unb.br/cobap/>>. Acesso em: março 2007.

CHAN, Betty Lúcia; SILVA, Fabiana Lopes; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da previdência complementar: da atuária à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DATAPREV, Empresas de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Brasília. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br/consultas/consultas.shtm>>. Acesso em: junho 2007.

DEL QUERCIO, Joana. **Pare de cavar: como ganhar e economizar, fazendo com que seu dinheiro renda mais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

FORTES, José Carlos. **Matemática financeira para contadores**. Fortaleza: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, 1999.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade comercial**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida**. 14 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 junho 2007.

_____. **Breves notas sobre a mortalidade no Brasil no período de 2000 – 2005**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2005/notatecnica.pdf>. Acesso em: 30 outubro 2007.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001.

_____. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. 2 ed. São Paulo: Globo, 2007.

MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à Controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, jul./dez. 1996.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Cosme dos. **Guia prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa**. Curitiba: Juruá, 2006.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças Pessoais**: invista no seu futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SUSEP, Superintendência de Seguros Privados. Disponível em: <<http://susep.gov.br>>. Acesso em: março 2007.

STEPHANES, Reinhold. **Reforma da previdência sem segredos**. 2.ed. Rio de Janeiro: RBS, 1998.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/>. Acesso em: outubro 2007.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo**: acabe com o endividamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. **Previdência privada:** atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da Previdência Social. 2.ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2003.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa:** uma decisão de planejamento e controle financeiro. 10 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.